



# CONCORRÊNCIA

Nº 95024/2026-SFIL

## CONTRATANTE (UASG 986477)

Município de Guarulhos

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## REGIME DE EXECUÇÃO:

Contratação Integrada

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

**CONCORRÊNCIA Nº 95024/2026 - SFIL****SEI Nº 1106.2025/0000557-3**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1.DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** É parte integrante dos serviços:

**1.2.1.** O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito no **ANEXO IV – Eventograma**;

**1.2.2.** O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

**1.2.3.** O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;

**1.2.4.** A CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização;

**1.2.5.** Instalação de canteiro de obras.

**1.3.** As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

**1.4.** A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Memorial Descritivo - ANEXO II**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

**1.5.** A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**1.6.** O prazo para execução total dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.



**1.7. O VALOR TOTAL ESTIMADO** pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 25,00% é de R\$ 2.300.532,47 (Dois milhões, trezentos mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos).**

**1.7.1.** A prestação de garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato. Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

## **1.8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **1.8.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

- 2099 - 2191.1648200091.003.01.1000100.449051.0191

**1.8.2. REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, V, da Lei nº. 14.133/21.

**1.9. EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**2.4.A** não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.4.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.8.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**2.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.7.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



**3.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**3.6** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**3.7.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.7.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.7.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. e 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



**3.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.12.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.12.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.13.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.13.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** valor global.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.





**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.3.1** Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.

**4.3.2.** O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI e despesas indiretas.

**4.4.** Os preços/desconto ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.7.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos **ANEXO IV – Eventograma.**

**4.8** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao





pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor global ou desconto.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00**.

**5.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11** Para o envio de lances na licitação será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**5.11.3** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**5.11.4** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.5** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17.1** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.17.2** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**5.17.3** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.



**5.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**5.18.2** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.18.3** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.4** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.5** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.6** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



**5.19.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2** empresas brasileiras;

**5.19.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.20** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada** ao último lance ofertado após a



negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.21** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1** SICAF;

**6.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) .

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**6.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

**6.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.5.1** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação/comissão, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.6** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1** contiver vícios insanáveis;

**6.6.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**6.6.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**6.7.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.8.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação dos custos unitários estimados pela Administração, conforme planilha anexa ao edital;



**6.8.2.1** Cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global a **ser fixado no edital**, bem como pela definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, que expressamente estabelece que esse pode ocorrer em relação ao preço unitário nesse regime.

**6.8.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico:

**6.10.1.1** as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- a) Deverá constar das planilhas, menção explícita ao título profissional e ao número da carteira profissional de quem a subscrever.
- b) Na apresentação da proposta de preços, deverá ser adotado como critério de arredondamento a utilização de 02 (duas) casas decimais para os itens de quantitativo, preço unitário com BDI e custos totais e parciais.





**6.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.13.** Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a licitante apresentar:

### **I – Jurídica;**

**a)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ou



- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

a) certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal 14.133/21, conforme transcrito abaixo:

a1) A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

a2) Em se tratando de serviços contínuos, será exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

a3) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com



os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**a4)** Na hipótese prevista no a3), para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**a5)** A relação dos serviços a serem comprovados respeita as respectivas quantidades da execução pretendida, nos termos da Súmula 24 do TCESP:

Item	CÓDIGO	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT/CATSERV
2.2.1	2001081	M	210	ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA - DIÂMETRO ATÉ 30CM	219188
2.4.1 e 3.2.3	IN07016000 / 3003018	M³	67,00	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK=25MPA	460215
2.4.2	2004004	Kg	2.798,00	ARMADURA EM AÇO CA-50	614006
3.2.2	13.05.150	M²	329,00	PRÉ-LAJE EM PAINEL PRÉ-FABRICADO TRELIÇADO, H= 16 CM	601096
3.1.1	89455	M²	168,00	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO PALHETA. AF_10/2022	478212 / 24813
3.1.2	4001031	M²	312,00	VB.02 - ALVENARIA EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 39CM - 8MPA	478212 / 24813
3.1.3	103316	M²	251,00	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	478212 / 24813
3.1.7	89993	M³	8,00	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	17140
8.2.5	91927	M	855,00	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	616153 / 1538
13.2.1	01.17.051	Un.	5	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA EM FORMATO A1	175

**b)** prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

**c)** registro ou inscrição na entidade profissional competente:

**c1)** Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos, junto a entidade competente (CREA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.

**c2)** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a



entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

**d)** apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica, mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), conforme Súmula 23 do TCE/SP, devidamente registrado e expedido pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e/ou CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

**d1)** Na documentação apresentada não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções relativas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública conforme disposto nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**d2)** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**d3)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**e)** indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

**e1)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**f)** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

### **III - Fiscal, social e trabalhista;**

**a)** a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **IV – Econômico-financeiro.**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**b1)** Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

**b2)** Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

**b3)** A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da



área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (**LG**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (**LC**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (**SG**) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

**b4)** os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**b5)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**c)** Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **V- Documentação complementar**

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

**b) Declaração de cumprimento da lei estadual nº 12684/2007:** Declaração formal elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não serão utilizados produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.684/07 (**ANEXO I-C**).

**c) Declaração de cumprimento da lei municipal 6.126/06:** de que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6.126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores, conforme modelo (**ANEXO I-D**).



**7.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.11.** Considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá, sob pena de inabilitação, atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.11.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia, acompanhado de Profissional da Secretaria de Habitação, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a





ser agendado junto ao Departamento de Desenvolvimento Habitacional, através do telefone (11) 2088-5612 (Luciana Carvalho ou Gilberto Antunes), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.11.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir o exigido no item 7.11, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**7.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.14.** A verificação pelo agente/comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente/comissão.

**7.15.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º:

**7.16.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

**7.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



**7.17.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente/comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

**7.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

- a)** Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b)** A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c)** A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d)** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e)** Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

**7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:**

- a)** As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).
- b)** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.
  - b1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a



critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

**b2)** A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

**c)** A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**7.21.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:**

**I** - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**II** - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7.22.1.** Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

**7.22.1.1** O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**7.22.2** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

**7.22.2.1** O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.



**7.22.2.2** Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

**7.22.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema e em caso de impossibilidade através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), sendo obrigatório a sua confirmação através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações.

**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto à Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**9.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5** fraudar a licitação

**9.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1** advertência;

**9.2.2** multa;

**9.2.3** impedimento de licitar e contratar; e



**9.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**9.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

**9.4.2** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

**9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2., e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



**9.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

**10.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.





**10.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/ comissão, nos autos do processo de licitação.

**10.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

**11.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**11.11.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.



**11.11.1.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**11.11.2.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**11.11.3.** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**11.11.3.1** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.

**11.12** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**11.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**11.14.** É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**11.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

## **12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III – Termo de Referência

Anexo III – A – ETP

Anexo III – B – Matriz e Perfil de Riscos

Anexo III – C – Anteprojeto

ANEXO IV – Eventograma

Anexo IV – A – BDI



SEI 1106.2025/0000557-3

Anexo IV – B – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 10 de junho de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**  
SUBSECRETÁRIO  
Subsecretaria de Licitações e Contratos



SEI 1106.2025/0000557-3

## **ANEXO I**

## **DECLARAÇÕES**



## ANEXO I - A

### MODELO

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

- a)** não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b)** não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c)** está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d)** é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



**ANEXO I - B**

**MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



**ANEXO I-C**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 12684/2007**

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA não utilizar produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12684/2007.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





**ANEXO I-D**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 6126/06**

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo, ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



## **ANEXO II**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

**PROCESSO Nº: 1106.2025/0000557-3**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL VERTICAL DE INTERESSE SOCIAL, SITO A R. UBAITABA E VIELA VOLGA – JD. MARIA DIRCE - GUARULHOS. – SP.**

Este memorial estabelece as condições e requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pela contratada na execução dos serviços, e, em conjunto com o projeto, Normas Técnicas Brasileiras ou ainda a aquelas que porventura venham a substituí-las, servirá de documento hábil a ação da fiscalização.

A contratada, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com a obra, deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito de todo o projeto executivo com respectivo memorial de especificações e das condições locais onde serão executadas as obras.

Qualquer dúvida sobre as especificações, ou ainda, sobre os detalhes deste projeto básico deverá ser discutida com a fiscalização com antecedência sobre a data prevista no cronograma contratual.

A contratada, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços a serem adotados na execução da obra.

### **Considerações Iniciais**

Este memorial tem por objetivo descrever e especificar os procedimentos para as obras de infraestrutura e edificação de um conjunto residencial interesse social em alvenaria tipo estrutural, dividido em duas torres de sendo térreo mais dois pavimentos, contendo doze (12) unidades habitacionais de aproximadamente 50,00m<sup>2</sup> de área construída cada, com uma área comum no pavimento térreo contendo playground e uma lixeira de uso coletivo.

A edificação está situada entre a rua Ubaitaba e Viela Volga, S/N, Jd. Maria Dirce, na Cidade de Guarulhos – SP.

De forma a complementar as informações contidas nos projetos, todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações constantes neste material e nos respectivos projetos. Todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

### **Objetivos**

A presente especificação técnica objetiva definir os materiais e serviços, bem como fixar as condições e as responsabilidades para a execução dos serviços.

### **Responsabilidade e Obrigações da Contratada**

A empresa contratada assumirá toda a responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações realizadas, respondendo pela sua perfeição, solidez e segurança em relação ao proprietário e a terceiros, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Deverá ser observada toda a legislação pertinente inclusive com relação às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

A contratada assumirá a responsabilidade sobre quaisquer danos ocorridos em equipamentos ou instalações existentes e adjacências durante a execução da obra.

Não será permitida a sub-emprego global, podendo a empresa contratada, entretanto, fazê-la parcialmente em serviços de menor vulto ou serviços especializados, ficando mantida, porém, sua responsabilidade junto à Prefeitura de Guarulhos.

Quando houver, além da contratada, mais de um empreiteiro realizando serviços, haverá necessidade de entendimentos preliminares entre as partes a fim de se obter um bom entrosamento e compatibilidade no andamento dos trabalhos, sem prejudicar ou danificar os serviços concluídos e/ou a concluir, pertinente a qualquer uma das empresas envolvidas.

Deverão ser substituídas as guias quebradas existentes no local e instalar novas onde ainda não há.

### **Serviços que deverão ser considerados:**

#### ***Demolições, remoção e retiradas:***

Calçadas, guias, sarjetas, sarjetões, piso cerâmicos e artefatos de concreto.

***Locação de obra:***

Tabuas, sarrafos e pontaletes de madeira tipo “Pinus” fixadas com pregos metálicos e arames galvanizados.

***Movimentação de terra:***

Corte mecanizado e/ou manual de solo para implantação de blocos de fundações, vigas baldrames, reservatório de retenção e nivelamento do piso das áreas comuns.

Carga e transporte mecanizado para aterro licenciado.

***Estruturas:***

Estaca hélice contínua, blocos de fundações, vigas baldrames, pilares, pilaretes, laje tipo painel treliçado, Graute, concreto moldado in loco e usinado, aço CA-50/CA/60 e etc...

***Impermeabilizações:***

Aditivo impermeabilizante a base de silicatos e asfálticos, manta asfáltica, membranas de poliéster e etc...

***Vedos e fechamentos:***

Assentamento e elevação de alvenarias em blocos de concreto estrutural e vedação, vergas, contravergas, cintas e pilaretes, fechamento de perímetro com tapumes em telha metálica, formas plastificadas e tábuas de madeira tipo “pinus”.

***Revestimentos e acabamentos:***

Chapisco e emboço desempenado em paredes e tetos, azulejo, piso porcelanato, rejuntamento de dilatações com argamassa acrílica, polimento de piso em concreto aparente, contrapiso tipo farofa nível carpete, gesso liso em paredes, emassamento e lixamento com massa acrílica, cantoneiras em alumínio, pintura com fundo selador e tinta acrílica em paredes externas/internas e tetos, fundo preparador antioxidante para superfícies metálicas, pintura esmalte sintético em superfícies metálicas.

***Instalações hidráulicas e Hidrossanitárias:***

Tubos em “PVC” para rede água fria e esgoto, execução de caixa de passagem em alvenaria de blocos cerâmicos com tampa em concreto armado, conexões, válvulas e registros, vasos sanitários completos com assentos sanitários do tipo convencional e deficiente, torneiras metálicas e etc., conforme NBR 5626 e NBR 8160.

***Captação e destinação das águas pluviais:***

Tubos em “PVC” Ø =100,150 e 250mm para descidas de captação das águas pluviais provenientes dos telhados e distribuição até reservatório em fibra de vidro L=15.000l.

Conjunto hidráulico em tubulações de aço galvanizado rosqueavel para esgotamento.

Caixas de passagens em alvenaria de blocos cerâmicos com a parte interna revestida com chapisco e emboço e pintura impermeabilizante a base de emulsão asfáltica.

Calhas e rufos em alumínio, conforme especificações em projeto de arquitetura e detalhamento em planilha orçamentária.

***Gás encanado:***

Tubos de cobre rígido, tubos “Pex” multicamadas, registros e conexões, conforme norma ABNT NBR 15526.

***Combate a incêndio e emergência:***

Tubos metálicos sem costura, conexões, registros, engates, pintura, sinalização, extintores, luminárias e etc...

***Instalações elétricas:***

Instalação provisórias do canteiro, quadros elétricos, eletrodutos, cabos e fios, luminárias, arandelas, disjuntores, interruptores, tomadas de uso geral e específico, aterramento, SPDA, componentes elétricos em geral e etc., conforme norma NBR 5410.

***Instalações de lógica, monitoramento e CFTV:***

Tomadas RJ, tomadas para telefone, tomadas para antena, espelhos cegos, eletroduto flexível corrugado e etc...

***Cobertura:***

Telhado em estrutura metálica e telhas do tipo ondulada em fibrocimento.

***Equipamentos:***

Fornecimento e instalação de equipamentos de;

- Containers metálicos
- Banheiro químico com manutenção semanal.

***Portas e Esquadrias:***

Fornecimento e instalação;

- Portas de madeira com batente, fechadura, dobradiças e etc...
- Porta de alumínio anodizado sob medida conforme detalhe técnico e descritivo em planilha orçamentária.
- Porta de ferro sob medida conforme detalhe técnico e descritivo em planilha orçamentária.
- Janelas e esquadrias em alumínio anodizado sob medida conforme detalhe técnico e descritivo em planilha orçamentária.

***Acessibilidade e sinalização de emergência:***

Piso podotátil de alerta e direcional de concreto, corrimão em tubo de aço galvanizado, barra de apoio em aço galvanizado para banheiro acessível, iluminação de emergência, placas de sinalizações de segurança contra incêndio, tubos e conexões de aço galvanizado para prumadas de incêndio, extintores e Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros AVCB.

***Paisagismo e Brinquedos:***

Plantio de grama natural tipo "Batatais" e árvores/ arbustos ornamentais, fornecimento e instalação de brinquedos em madeira tratada: Gangorra dupla, balança dupla, gira-gira 8 lugares e escorregador.

**Ligações Definitivas**

Quando for necessário, após o término da obra ou serviço, a Contratada deverá providenciar as ligações definitivas de água, energia elétrica, telefone, esgotos e quaisquer outras que se fizerem necessárias.

### **Instalação da Obra**

Todas as instalações provisórias que se fizerem necessárias ao bom andamento dos serviços, deverão estar de acordo com as normas gerais estabelecidas pela contratante e aprovadas no início da obra pela mesma.

Deverão também obedecer a legislação e regulamentação existentes nos preceitos da Engenharia de Segurança e da medicina do trabalho.

Caberá a contratada instalar-se adequadamente para poder executar a obra, com construções provisórias para almoxarifado de materiais, etc. Deverá prever, igualmente, a instalação de geradores se necessário, para acionamento de seu equipamento, bem como providenciar as ligações provisórias de água, esgoto, força e respectivos consumos durante a execução da obra.

A contratada providenciará a execução e instalação de placas alusivas ao objeto contratual, nos padrões da contratante, além daquelas obrigatórias pela legislação vigente.

A contratada deverá providenciar a sinalização nas vias públicas, nos casos em que a execução dos serviços interferir no trânsito de pedestres e/ou veículos.

A área de intervenção deverá ser isolada para que seja evitado o acesso de munícipes ao local.

### **Armadura**

O fornecimento, os ensaios e a execução da armadura deverão satisfazer plenamente as normas da ABNT, em sua forma mais recente, e obedecer rigorosamente às especificações de projeto.

Os aços de categoria CA50 e CA60 não podem ser dobrados em outra posição que não especificada em projeto.

A armadura deve ser colocada na forma, isenta de sujeira, crostas de ferrugem, terra, óleo ou graxa e ser fixada de modo a não apresentar risco de deslocamento durante a concretagem.

A armadura deve ser afastada da forma através de espaçadores plásticos industrializados, que devem estar limpos e ter resistência igual ou superior do concreto a ser utilizado.



Emendas não especificadas em projeto só serão executadas mediante aprovação do projetista estrutural e sob as determinações das normas técnicas ABNT.

O armazenamento e montagem deverão ser feitos em local com proteção contra intempéries.

### **Alvenaria de fechamentos:**

As alvenarias serão executadas em blocos de concreto, obedecendo as dimensões e os alinhamentos determinados no projeto.

As espessuras indicadas referem-se às paredes depois de revestidas, admitindo-se, no máximo, uma variação de 1cm em relação a espessura projetada.

As fiadas de tijolos/blocos serão dispostas horizontalmente, niveladas, aprumadas e alinhadas perfeitamente, suas juntas terão a espessura máxima de 15mm (recomenda-se 10mm) e rebaixadas, para melhor aderência do emboço.

Os blocos devem ser assentados com juntas desencontradas ou a prumo, conforme especificado em projeto, de modo a garantir a continuidade vertical dos furos, especialmente para as peças que deverão ser armadas.

Não poderá ser empregado mais de um tipo de bloco em um mesmo pano de mureta.

As alvenarias recém terminadas deverão manter-se ao abrigo das chuvas.

Não será permitida a colocação de tijolos com os furos voltados no sentido da espessura da parede.

### **Alvenaria estrutural:**

As alvenarias serão executadas em blocos de concreto (14x19x39 cm ou conforme projeto), aparentes e frisados na parte interna, assentadas com argamassa tipo 1:3 com resistência mínima de 4Mpa, de forma desencontrada com a conferência do prumo/nivelamento a cada 3 fiadas de altura ou 60cm, acabamentos das juntas de assentamento seguindo a espessura máxima de 20mm e escovadas com escovas de aço após o período de 4hs do assentamento.

Resistência compressão,  $\geq 4,5\text{Mpa}$ , a mesma deverá obedecer às dimensões e especificações técnicas e qualitativas e os alinhamentos determinadas em projeto e planilha orçamentária.

As espessuras indicadas referem-se às paredes depois de revestidas, admitindo-se, no máximo, uma variação de 1cm em relação a espessura projetada.

Não poderá ser empregado mais de um tipo de bloco em um mesmo pano de mureta.

As alvenarias recém terminadas deverão manter-se ao abrigo das chuvas.

A elevação da alvenaria será feita em fiadas regulares, de acordo com o modulamento do projeto, respeitando o alinhamento e prumo.

Os blocos serão assentados com junta horizontal de argamassa e verificados com nível, prumo e linha.

As aberturas para portas e janelas serão executadas com blocos canaleta e preenchidas com concreto armado (vergas e contravergas), conforme detalhamento de projeto.

As amarrações entre paredes serão realizadas por blocos especiais ou por encunhamento de juntas com escoramento adequado.

Instalações elétricas e hidráulicas serão planejadas previamente e executadas conforme os rasgos permitidos pelas normas técnicas (NBR 15961), evitando cortes que comprometam a estrutura.

O encunhamento superior será feito com grauteamento das últimas fiadas ou uso de argamassa expansiva, conforme especificação de projeto.

Quando o encontro de alvenaria estrutural/vedação, as mesmas deverão ser engastadas com auxílio de tela metálica maleável 10,5 x 50 cm, malha 15x15MM Ø1,20mm, embutidas nas faces superiores dos blocos e a argamassa de assentamento.

As mesmas deverão seguir as especificações técnicas, conforme NBR 6136 (blocos) e NBR 15961 (alvenaria estrutural).

### **Revestimentos e Acabamentos:**

Antes da execução dos revestimentos, as superfícies deverão estar limpas, isentas de poeira, óleo, nata de cimento, desmoldantes ou qualquer material que prejudique a aderência. A alvenaria deverá estar completamente curada e com as instalações elétricas e hidrossanitárias devidamente embutidas e testadas.

### **Chapisco:**

#### **Finalidade:**

Promover a aderência entre a base (concreto ou alvenaria) e o emboço.

**Composição:**

Argamassa de cimento e areia grossa, no traço volumétrico 1:3, com adição de água até atingir consistência fluida.

**Aplicação:**

Aplicado com colher de pedreiro ou vassoura de piaçava, de forma a formar camada rugosa e uniforme. Espessura média entre 3 e 5 mm.

**Cura:**

Manter a superfície umedecida por no mínimo 3 dias.

**Emboço desempenado:**

**Finalidade:**

Regularizar a superfície para posterior acabamento.

**Composição:**

Argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia média, no traço 1:2:8 (cimento:cal:areia), ou conforme especificação do projeto.

**Espessura:**

Mínima de 15 mm e máxima de 25 mm em paredes; até 30 mm em tetos.

**Aplicação:**

Executado com desempenadeira de madeira ou plástico, em camadas sucessivas, compactadas e niveladas. O acabamento será desempenado, sem queima ou alisamento.

**Cura:**

A argamassa deverá ser mantida úmida por, no mínimo, 3 dias após a aplicação.

Os serviços devem obedecer às normas da ABNT, em especial a NBR 7200 – Revestimento de paredes e tetos de argamassa inorgânica – Especificação.

### **Gesso liso:**

Todos os serviços serão executados nas alvenarias internas das 12 (doze) Unidades habitacionais, conforme detalhamento em projeto de arquitetura e planilha orçamentária.

Aplicação de revestimento com **gesso liso** diretamente sobre paredes internas de **blocos de concreto estrutural**, com a finalidade de regularizar e proporcionar acabamento final adequado para pintura.

As alvenarias devem estar concluídas, limpas, sem poeira, óleo, graxa ou partes soltas.

Devem estar finalizadas todas as instalações elétricas e hidrossanitárias embutidas.

As superfícies devem estar secas e isentas de umidade excessiva.

Verificar a planicidade das paredes e corrigir eventuais imperfeições com chapisco ou regularização com massa apropriada, se necessário.

Aplicação manual ou mecânica do gesso diretamente sobre os blocos de concreto;

Em paredes com baixa absorção, poderá ser necessário o uso de promotor de aderência;

Espalhamento do gesso de forma uniforme com desempenadeira metálica, garantindo a espessura regular e cobrindo todas as imperfeições;

Nivelamento e desempenamento com régua de alumínio e desempenadeira até atingir acabamento liso e pronto para pintura;

Cura seca, protegendo a superfície contra correntes de ar e calor excessivo.

A espessura do revestimento em gesso liso deve ser de aproximadamente **5 a 15 mm**, conforme necessidade de nivelamento da superfície.

### **Cuidados e restrições:**

- Não aplicar gesso em áreas sujeitas à umidade permanente (cozinhas industriais, áreas externas, banheiros sem impermeabilização adequada);
- Proteger as superfícies revestidas contra impactos, batidas ou sujeiras até a finalização da pintura;
- Evitar aplicação em dias chuvosos ou com alta umidade relativa do ar.

### **Emassamento e lixamento:**

Será executado em todas às áreas de tetos internas das unidades habitacionais, ao qual deverá verificar se as superfícies de gesso estão secas, firmes, limpas e isentas de pó, óleo, graxa ou qualquer contaminante;

Corrigir imperfeições, fissuras ou buracos com massa corrida antes do emassamento geral;

Proteger rodapés, esquadrias, caixas elétricas e outros elementos com fita e papel.

Aplicar a massa corrida em no mínimo duas demãos cruzadas, com desempenadeira lisa;

Respeitar o tempo de secagem entre as demãos, conforme especificado pelo fabricante (geralmente 4 a 6 horas);

Aguardar a secagem completa da última demão antes do lixamento.

Realizar o lixamento manual ou mecânico com lixa fina (grana 150 a 220) para uniformização da superfície;

Retirar o pó com pano seco, aspirador ou trincha;

Garantir acabamento uniforme, liso e pronto para pintura.

Evitar aplicação em ambientes úmidos ou com infiltrações;

Garantir ventilação adequada para secagem;

O serviço deve ser executado por mão de obra especializada e com o uso de EPIs adequados (óculos, máscara, luvas).

#### **Controle de Qualidade:**

- Verificação visual da uniformidade da superfície;
- Teste de aderência e ausência de fissuras ou bolhas;
- Aceitação somente mediante aprovação da fiscalização técnica;
- Remoção de resíduos e limpeza geral do local após a conclusão dos serviços.

#### **Pingadeiras:**

Todos os vão de janelas e esquadrias das unidades habitacionais, deverão tem instaladas em suas bases, peitoril de granilite e/ou similar com espessura mínima de 2cm e largura não inferior a 20cm, seu comprimento será de acordo com o vão de cada esquadria ao qual deverá ser confirmado em projeto de arquitetura, detalhamento de esquadrias e conferido em conjunto a planilha orçamentária.

Não será aceito peças com trincas ou imperfeições.

A seção de transpasse da peça em relação a face da alvenaria externa será de no mínimo 4cm e em sua parte inferior deverá constar o risco na peça ao deverá

vir de fábrica, risco esse, de forma linear de ponta a ponta, garantindo que o líquido não retorne para a alvenaria.

Totas as peças obrigatoriamente deverão constar com o caimento mínimo de 1% e 3% em direção ao lado externo, conferido com nível a bolha ou equipamentos certificados, apropriados e/ou similares.

### ***Impermeabilizações:***

Blocos de fundações e vigas baldrames após a desforma, deverão ser impermeabilizados com aplicação de duas demãos de impermeabilizante a base de componentes asfálticos.

Deverá ser considerado o ponto de partida o contato da estrutura com o solo até a cobertura total de todas as superfícies.

Vigas baldrames, após desforma, requadram as laterais e superfícies por completo com chapisco e argamassa traço 1:3 com adição de aditivo hidrofugante, espessura mínima 2,00cm.

Áreas molhadas de reservatórios e/ou especificadas em projeto, deverão ser aplicadas a impermeabilização com Manta asfáltica com base de polímeros elastoméricos (SBS) ou plastoméricos (APP), com armadura interna de poliéster, espessura mínima de 3 mm, conforme norma ABNT NBR 9952.

Antes da aplicação da manta, será realizado o preparo da superfície conforme as seguintes etapas:

- Limpeza do substrato, remoção de poeira, graxa, óleo ou qualquer material solto;
- Correção de falhas e regularização com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com caimento mínimo de 1%;
- Execução de arredondamento nos cantos (meia-cana) com raio de 5 cm;
- Cura da argamassa por no mínimo 3 dias antes do início da impermeabilização.
- Aplicação de **primer asfáltico** com rolo ou broxa sobre a superfície seca e limpa;
- Aguardar a secagem do primer por no mínimo 6 horas (ou conforme recomendação do fabricante).
- Início da aplicação da manta asfáltica com maçarico de gás GLP, soldando as mantas sobre o primer seco;
- Sobreposição longitudinal mínima de 10 cm e transversal de 15 cm entre as mantas;
- As juntas devem ser bem soldadas com aquecimento uniforme para garantir perfeita aderência;

- Detalhamento de ralos, cantos, rodapés e tubos passantes com reforço de manta ou mastique asfáltico.
- Após a aplicação, será realizado *teste de estanqueidade* por no mínimo 72 horas, com lâmina d'água de 5 cm;
- Caso haja vazamentos, deverão ser corrigidos e novo teste deverá ser executado.

Diretrizes técnicas seguir conforme normas técnicas:

- ABNT NBR 9574 – Execução de impermeabilização;
- ABNT NBR 9952 – Manta asfáltica para impermeabilização;
- ABNT NBR 9575 – Impermeabilização – Seleção e projeto.

### **Pintura:**

As pinturas interna/externa das edificações e serralheria serão divididas em três tipologias:

1ª – Fundo selador a base de solventes, aplicados em paredes externas, uma demão.

2ª - Aplicação de duas demãos de tinta látex acrílico sobre alvenaria, paredes internas/externas.

3ª - Aplicação de fundo antioxidante (Zarcão) e tinta esmalte a base de solventes sintéticos em superfícies metálicas

Obs.: Todas as paredes e pisos que contenham revestimento cerâmico e/ou porcelanato, antes da pintura deverá ter suas superfícies limpas e desengorduradas com o auxílio de equipamentos de alta pressão e produtos químicos.

Somente após a total secagem das áreas as mesmas deverão ter os serviços iniciados.

Não serão aceitos em hipótese algumas pinturas com acabamentos em tonalidades distintas, sujeiras, manchas e/ou similares.

A tonalidade das tintas a serem aplicadas nos pisos e paredes deverão ser informadas pela fiscalização.

### **PISOS:**

#### ***Piso porcelanato:***

A execução do piso deve estar de acordo com o projeto de arquitetura, atendendo também às recomendações da (NBR 13753 – Execução de revestimento de piso com placas cerâmicas)

Será executado em toda a área de piso pertencente aos banheiros das unidades habitacionais, área do piso do centro de medição e Lixeira.

Deverá ser executado um contrapiso tipo “farofa” traço 1:4 com espessura =4,00cm de forma a ficar rugoso, a fim de proporcionar aderência necessária à massa de assentamento dos revestimentos seguintes.

Para essa etapa deverá ser utilizado um vassourão na superfície da área seca proporcionando a limpeza dos materiais mais grossos,

Todas as áreas molhadas deverão receber duas camadas de tela tipo membrana posicionada em direções opostas aderidas com a aplicação de impermeabilizante tipo, “manta líquida branca”, para posterior aplicação de argamassa, cimento areia traço 1:4.

Com o contrapiso devidamente regularizado, seco, limpo e com caimento mínimo adequado de 1% em direção ao ralo, assentar as peças cerâmicas com argamassa tipo ACIII conforme norma ABNT NBR 14081-01.

Antes da aplicação da argamassa de assentamento, deverá ser verificado o nível, prumo e esquadro do contrapiso, corrigindo eventuais imperfeições com argamassa de regularização.

Quanto ao assentamento deverá aplicar a argamassa com desempenadeira de aço tipo dentada, espaçamento mínimo das juntas >1,5mm a 2,00mm, utilização de niveladores e espaçadores plásticos, golpeamento suave com martelo de borracha para acomodação das peças.

Aguardar o tempo mínimo de cura de 72 hs, antes do rejuntamento.

O rejuntamento deverá ser acrílico à base de resinas, impermeável, resistentes a formação de fungos e manchas, na cor especificada em projeto.

Deverá ser aplicado com auxílio de desempenadeira de borracha, limpeza imediata.

Cura do rejunte conforme indicação do fabricante.

Será instalado soleiras entre os vãos das portas de entrada, dormitórios, centro de medição e lixeira, seguir especificações do item provisionado em planilha orçamentária.



**Contrapiso:**

Será executada em argamassa tipo “farofa”, traço 1:4(Cimento- areia) moldado *Inloco com espessura média H=4cm.*

Executada entre o hall de entrada, sala, corredor, cozinha, lavanderia e dormitórios

Inclinação máxima de 2% em relação a cota interna do banheiro e o corredor.

Servir como base para assentamento de revestimentos (piso cerâmico, etc.) ou acabamento final, garantindo nivelamento, resistência mecânica e estabilidade dimensional.

Da composição dos materiais:

**Cimento Portland CP II-F ou equivalente**, conforme NBR 16697;

**Areia média lavada**, isenta de impurezas orgânicas, conforme NBR 7211;

**Água potável**, conforme NBR 5626, em quantidade suficiente para garantir a umidade necessária ao tipo farofa.

Da execução: Verificação e limpeza da base antes do início; Aplicação de **barreira de aderência** (emboço fresco ou nata de cimento, se necessário); Mistura dos componentes até obter homogeneidade; Lançamento manual da argamassa seca no local e espalhamento uniforme; Compactação e sarrafeamento para garantir espessura e nivelamento; Verificação de caimentos conforme projeto (mínimo 1% para áreas molhadas); Cura úmida por no mínimo 3 dias ou conforme orientação do projetista

O mesmo deverá seguir especificações técnicas conforme:

ABNT NBR 13753 – Contrapiso com argamassa;

ABNT NBR 7200 – Execução de revestimento de argamassa;

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto.

**Portas e peças de madeira:**

Todas as portas internas das unidades habitacionais serão do tipo madeira, as medidas das mesmas estão especificadas em projeto/ planilha orçamentária, quanto a sua instalação, a mesma deverá ser observada as descrições e características nos documentos

descritos anteriormente, e persistindo quaisquer dúvidas a Contratada deverá comunicar de forma formalizada a Fiscalização

As peças seguirão os padrões comerciais, 210cm de (altura) x (largura especificada em projeto) x 3,5cm de (espessura).

Tipologia da madeira utilizada será semi-oca, e seu acabamento com fundo preparador e pintura primer, já de fábrica.

Dos componentes: Batente, dobradiças galvanizadas, fechadura, parafusos, travas e maçanetas em aço escovado.

Das instalações:

#### **Batente**

- Verificar o esquadro e o nível do vão antes da fixação.
- Fixar o batente na alvenaria utilizando espuma expansiva, parafuso e bucha, ou grampos (conforme o sistema construtivo).
- Garantir que o batente esteja perfeitamente nivelado e prumo para evitar folgas ou travamentos da porta.

#### **Dobradiças:**

Marcar os locais das dobradiças (geralmente a 20 cm da base, 20 cm do topo e uma ao centro).

Fazer os rebaixos (cavas) na porta e no batente para embutir as dobradiças.

Fixar as dobradiças com parafusos de forma que permitam o giro livre da folha sem atritos.

#### **Instalação da Porta:**

Posicionar a folha da porta sobre calços, nivelar e fixar às dobradiças.

Verificar o funcionamento, folgas laterais e superiores (espaçamento uniforme de 2 a 3 mm).

#### **Furação para Fechadura:**

Marcar a altura padrão da fechadura (geralmente 1 m do piso acabado).

Realizar a furação para embutir a fechadura e o rebaixo da testa.

Instalar a maçaneta e componentes conforme o modelo.

**Teste de Funcionamento:**

Verificar o perfeito funcionamento de abertura e fechamento da porta.

Verificar o alinhamento, o encaixe da lingueta na contra fechadura e o desempenho da maçaneta.

**Acabamentos finais:**

Aplicar vedação (seladora) nas partes cortadas da madeira, especialmente na base da porta.

Realizar acabamento de pintura/verniz final conforme o projeto.

Instalar guarnições com acabamento adequado e fixação invisível (cola PU ou pregos sem cabeça).

***Piso podo tátil:***

A sinalização tátil de alerta consiste em um conjunto de relevos tronco-cônicos padronizados pela ABNT, cujo objetivo principal é sinalizar as situações de risco ao deficiente visual e às pessoas com visão subnormal. Também é utilizada em composição com o piso tátil direcional, para sinalizar as mudanças ou alternativas de direção.

O piso cromodiferenciado tátil de alerta deve apresentar cor amarela contrastante com a do piso adjacente.

As peças do piso tátil devem apresentar modulação que garanta a continuidade da textura e padrão de informação, devem ser integradas ao piso existente e não deve haver desnível com relação ao piso adjacente, exceto aquele existente no próprio relevo.

**ESQUADRIAS DE FERRO**

Todos os trabalhos de serralheria comuns, artística ou especial, serão realizados com a maior perfeição, mediante emprego de mão-de-obra especializada, de primeira qualidade, executados rigorosamente de acordo com os respectivos desenhos de detalhes. O material a empregar deverá ser novo, limpo, perfeitamente desempenado, e sem nenhum defeito de fabricação.

Caberá ao Fabricante elaborar, com base nas plantas do projeto, os detalhes de execução, os quais serão previamente submetidos a apreciação do Contratante.

Só poderão ser utilizados perfis de materiais idênticos aos indicados nos desenhos, detalhes e as amostras apresentadas pelo Fabricante e aprovadas pelo Contratante.

Caberá ao Construtor assentar as serralharias dos vãos e locais apropriados, responsabilizando-se pelos seus prumos e nível, como também por seu perfeito funcionamento depois de definitivamente fixadas.

As serralherias não serão jamais forçadas em rasgos fora de esquadro ou de escassas dimensões, havendo especial cuidado para que as armações não sofram qualquer distorção, quando parafusadas aos chumbadores ou marcos.

As juntas entre os marcos e a alvenaria ou concreto, serão tomadas cuidadosamente com calafetador, de composição que lhe assegure plasticidade permanente.

## **COMBATE A INCÊNDIO E EMERGÊNCIA:**

Adequações para Atendimento às Normas de Segurança Contra Incêndio e Acessibilidade atender~]ao em específico os seguintes serviços:

### **Iluminação de emergência autônoma**

Os equipamentos de iluminação de emergência autônoma serão instalados conforme exigências da **NBR 10898** e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.

Os blocos autônomos terão bateria recarregável embutida e autonomia mínima de 1 hora, com acionamento automático em caso de falta de energia elétrica. As luminárias serão posicionadas em locais estratégicos, como: rotas de fuga, escadas, halls de acesso e áreas comuns. A fixação será feita em parede ou teto, conforme projeto, com instalação elétrica embutida ou aparente, conforme as condições da edificação.

### **Pintura e demarcação de vaga para PCD.**

Será realizada a demarcação de vaga de estacionamento exclusiva para pessoa com deficiência (PCD), conforme os critérios da **NBR 9050** e regulamentações municipais, os serviços incluirão:

- Pintura de fundo na cor azul;
- Símbolo internacional de acessibilidade na cor branca;
- Faixa lateral de acesso (área de transferência);
- Placa vertical de sinalização, conforme o CONTRAN e legislação local.

A tinta utilizada será acrílica à base d'água ou esmalte sintético, com pigmentos de alta resistência à abrasão, raios UV e intempéries.

### **Extintores de incêndio portáteis**

Serão instalados extintores portáteis do tipo e carga definidos no projeto de prevenção e combate a incêndio, conforme a **NBR 12693** e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.

Os extintores serão fixados em suportes metálicos ou em paredes, com sinalização adequada e em locais de fácil acesso e visualização.

Todos os equipamentos possuirão selo do INMETRO e estarão devidamente carregados, lacrados e com manutenção em dia.

Tipos previstos:

- Extintor de água pressurizada – Classe A
- Extintor de CO<sub>2</sub> – Classe B e equipamentos elétricos
- Extintor de pó químico seco – Classe ABC
- 

### **Obtenção do avcb (auto de vistoria do corpo de bombeiros)**

Para a regularização do imóvel, será providenciado o processo de obtenção do **AVCB** junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.

Os serviços incluem:

- Elaboração e protocolo do Projeto Técnico de Segurança Contra Incêndio;
- Execução de todas as adequações previstas no projeto aprovado (iluminação de emergência, extintores, sinalizações, rota de fuga, etc.);
- Solicitação da vistoria técnica;
- Acompanhamento da vistoria e emissão do AVCB.
- 

Todos os serviços serão executados em conformidade com as **Instruções Técnicas (ITs)** vigentes do Corpo de Bombeiros e normas da **ABNT**, garantindo plena conformidade com a legislação de segurança contra incêndio.

### **ELÉTRICA:**

Deverão ser executadas rigorosamente dentro das normas técnicas de construção vigentes.

Todas as instalações elétricas serão executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente afixados em posição e firmemente ligados a estrutura de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico eletricamente satisfatório e de boa aparência.

Só serão empregados materiais rigorosamente adequados para a finalidade em vista. As instalações elétricas e seus complementares deverão atender às exigências das normas ABNT.

As instalações elétricas serão executadas prevendo a instalação de cabos, eletrodutos e quadro geral e de distribuição, disjuntores, dispositivos de proteção contra surtos-dps, interruptores, disjuntor diferencial residual (DDRs), tomadas e luminárias necessárias.

Todos os materiais deverão ser de qualidade para garantir a facilidade de manutenção e durabilidade.

A entrada de energia elétrica deverá ser mantida e obedecer à Norma da Concessionária EDP SÃO PAULO, PT.DT.PDN.03.14.020 – Fornecimento de energia em tensão secundária de distribuição – unidade consumidora individual.

A iluminação do Centro de Medição feminino e da Lixeira serão do tipo (*LUMINÁRIA COMERCIAL DE SOBREPOR COM DIFUSOR TRANSPARENTE OU FOSCO PARA 2 LÂMPADAS TUBULARES DE LED 9/10W – COMPLETA*).

Todas as distribuições elétricas internas nos apartamentos, serão embutidas em laje e paredes, com todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento.

Pontos de iluminação deverão seguir as especificações em projeto de implantação, sendo previsto a instalação individual em cada banheiro interno.

Pontos de chuveiros dos apartamentos deverão ser individualizados, interligados por eletrodutos e cabos e disjuntores específicos.

O sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) do tipo gaiola “Faraday”, a ser instalado em cobertura de telhado com telhas de fibrocimento, com descidas utilizando fitas de alumínio, conforme norma NBR 5419:2015.

Será executada em malha com espaçamento de **5 x 5 metros**, utilizando **fita de alumínio** com seção mínima de **30 mm x 3 mm**, conforme NBR 5419.

As fitas serão fixadas diretamente sobre as telhas com suportes isoladores adequados ao tipo de cobertura (ex: suportes em poliamida ou PVC com base adesiva ou parafuso, dependendo do tipo de fixação permitida).

Nos cumes das águas do telhado será instalada a malha de captação principal, garantindo cobertura adequada da área total.

As descidas serão executadas com *fitas de alumínio de 30 mm x 3 mm*, em conformidade com a norma.

O número mínimo de descidas será dimensionado conforme altura da edificação, perímetro e risco calculado, sendo previstas *descidas simétricas* nos pontos periféricos da estrutura.

As descidas serão conectadas à malha de captação por meio de conectores tipo “T” ou “L”, específicos para alumínio.

As fitas descerão pelo exterior das paredes, fixadas com suportes isoladores em intervalos máximos de 1,0 metro.

O sistema de aterramento será do *tipo malha enterrada em anel*, com hastes verticais de cobre ou aço cobreado de 2,4 m, interligadas por cabos de cobre nu ou fita de alumínio compatível.

A resistência de aterramento deverá ser inferior a 10 ohms, conforme recomendações da NBR 5419.

Todos os condutores de descida serão conectados à malha de aterramento com conectores apropriados e inspeção será realizada por meio de caixas de inspeção de aterramento.

Ao final da execução dos serviços, deverá ser emitido laudo de medição de aterramento e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da instalação.

Todos os materiais utilizados deverão seguir as especificações técnicas pertencentes as ABNT:5419:2015 /5410:2004.

## **HIDRÁULICA:**

Todas as instalações deverão seguir especificações técnicas e detalhes contidos em projeto de distribuição de água fria e esgoto.

A alimentação do reservatório será em tubos tipo ‘PVC’, ao qual deverá ser interligado ao registro central, feita a distribuição em solo com a preparação do solo e sua compactação e a cobertura com proteção mecânica composta por concreto moldado ‘*Inloco*’ com resistência mínima compressão de 15Mpa.

A alimentação do reservatório continuará de forma vertical até o reservatório.

A distribuição hidráulicas, água fria e hidrossanitárias dos apartamentos se dará ramificação em instalações verticais por meio de ‘Shafts’ técnicos.

### **Embutimento em Alvenaria Estrutural**

- As tubulações deverão ser instaladas conforme a modulação da alvenaria estrutural, respeitando as áreas técnicas previstas para embutimento;
- Não é permitido cortes horizontais ou que comprometam a integridade estrutural dos blocos;
- Os rasgos verticais devem ser limitados às canaletas ou blocos específicos com furos pré-moldados;
- A alvenaria será executada já com as tubulações embutidas ou com os nichos deixados previamente para posterior instalação;
- O fechamento dos rasgos deve ser feito com argamassa de assentamento, respeitando o prumo da parede.

### **Instalação em Shaft Vertical**

- As tubulações verticais (prumadas) de água fria e esgoto devem ser instaladas no interior dos Shafts técnicos;
- Os Shafts devem ser acessíveis por painéis de inspeção removíveis;
- As conexões nos andares devem ser realizadas com ramais horizontais embutidos nas paredes;
- As prumadas devem ter suportes metálicos ou abraçadeiras com espaçamento adequado conforme norma, evitando dilatações e vibrações.

### **Testes e ensaios**

- As tubulações de água fria devem ser submetidas a testes hidrostáticos com pressão mínima de 1,5 vezes a pressão de serviço, por no mínimo 30 minutos;
- As tubulações de esgoto devem ser testadas por estanqueidade com fechamento de todos os pontos e enchimento com água, observando-se a ausência de vazamentos por 15 minutos.

### **Água fria:**

Tubos e conexões em PVC rígido soldável, conforme NBR 5626 e NBR 5648.



### **Esgoto sanitário:**

Tubos e conexões em PVC série normal (SN), conforme NBR 8160;

Toda a execução deve seguir rigorosamente o projeto hidrossanitário aprovado e as normas técnicas da ABNT (NBR 5626, NBR 8160, NBR 15575 e outras aplicáveis);

As interferências com outras disciplinas (elétrica, estrutura, ventilação) devem ser previamente analisadas em obra ou em compatibilização de projetos;

A proteção das tubulações deve ser assegurada durante a obra para evitar danos mecânicos;

Os registros devem permanecer visíveis e acessíveis após o fechamento das paredes.

Deverão ser considerados os equipamentos: vasos sanitários completos com caixa acoplada convencionais e vaso sanitário completo com assento para deficiente, lavatório em louça branca para deficiente e comum, tanques completos em louça branca, barras de apoio em aço galvanizado para banheiro deficiente, ralos e grelhas metálicas.

### **COBERTURAS:**

- **Objeto:**

A cobertura será composta por telhas de fibrocimento fixadas sobre estrutura metálica composta por tesouras e terças metálicas.

- **Estrutura de Sustentação:**

A estrutura principal da cobertura será executada em **tesouras metálicas**, fabricadas com perfis metálicos tipo U, I ou cantoneiras, de acordo com projeto estrutural. As tesouras serão espaçadas conforme dimensionamento técnico, devidamente fixadas às estruturas de apoio (pilares ou vigas) através de chumbadores ou soldas conforme especificação técnica.

- **Terças Metálicas:**

Às terças serão também metálicas, do tipo perfil U, tubular ou cantoneira, com espaçamento adequado ao tipo de telha utilizada (entre 1,10 m a 1,50 m), e serão fixadas sobre as tesouras com parafusos, solda ou conectores metálicos, garantindo alinhamento, estabilidade e resistência à ação dos ventos.

- **Cobertura – Telhas de Fibrocimento:**

A cobertura será realizada com **telhas onduladas de fibrocimento** com espessura mínima de 6 mm, conforme norma ABNT NBR 15210.

As telhas serão sobrepostas lateral e longitudinalmente de acordo com as recomendações do fabricante e fixadas diretamente nas terças metálicas com *parafusos com vedação em borracha (tipo EPDM)*, arruelas e porca de fixação para garantir estanqueidade e segurança.

- **Inclinação:**

A inclinação mínima da cobertura será definida conforme o tipo e o comprimento das telhas, respeitando as recomendações técnicas do fabricante, normalmente entre **10% a 30%**, para garantir o escoamento adequado das águas pluviais.

- **Fixações e Acessórios:**

Todos os elementos de fixação utilizados deverão ser galvanizados ou em aço inoxidável, a fim de garantir resistência à corrosão. Serão utilizados também cumeeiras, rufos e arremates em fibrocimento ou metálicos para garantir o fechamento adequado da cobertura, evitando infiltrações.

## **REDE DE LÓGICA, MONITORAMENTO E CFTV:**

Todas as instalações serão embutidas em alvenaria e 'Shafts' técnicos conforme projeto de detalhamento.

Serão previstas as instalações de tomadas de rede RJ45, telefone, porteiro eletrônico e Antena de TV.

Todas as alimentações serão do tipo 'Seca', ou seja, somente o condutor de passagem, ficando a cargo do proprietário/condomínio, a execução da passagem dos cabeamentos e conexões necessários para o perfeito funcionamento.

Nas prumadas verticais nos 'Shafts' técnicos, os condutores deverão ser fixados a alvenaria com abraçadeiras tipo 'U' em aço galvanizado parafusos e buchas, com distância mínima entre eixos de 1,00m.

## **PROJETOS:**

É de responsabilidade da Contratada o estudo, desenvolvimento e elaboração e a emissão do atestado de responsabilidade técnica dos projetos básicos, executivos, complementares devidamente compatibilizados entre si e com os demais projetos da edificação conforme descrição abaixo:

### **Projeto Estrutural**

- Projeto completo de infraestruturas/estruturas em concreto armado e/ou alvenaria estrutural;
- Memória de cálculo conforme normas vigentes;
- Plantas, cortes, elevações e detalhes executivos;
- Lista de materiais (quantitativo de aço, concreto, blocos, etc.).

### **Projeto de Alvenaria Estrutural**

- Layouts de alvenaria com modulação;
- Detalhamento de amarrações, reforços, vergas e contravergas;
- Lajes: exemplificação de (cargas admissíveis/ sobrecargas, armações, flechas / contra flechas, escoramento e reforços)
- Especificação de blocos e argamassas;
- Detalhes construtivos e compatibilização com estrutura, instalações e arquitetura.

### **Projeto de Instalações Elétricas**

- Projeto de instalações de baixa tensão;
- Quadro de cargas e diagramas unifilares;
- Localização de pontos de energia, iluminação e tomadas;
- Memorial descritivo e especificações técnicas dos materiais;
- Atendendo às normas da concessionária local e NBR 5410.

### **Projeto de Instalações Hidrossanitárias**

- Rede de água fria, esgoto e águas pluviais;
- Dimensionamento e traçado das redes;
- Detalhes de reservatórios, caixas de inspeção, calhas e ralos;

- Memorial de cálculo e especificações técnicas;
- Atendimento às normas da ABNT e exigências da concessionária local.

### **Projeto de Rede de Gás Encanado**

- Projeto da rede interna de gás (GN);
- Dimensionamento e trajeto da tubulação;
- Detalhes de ventilação, abrigos de cilindros (quando aplicável), pontos de consumo e segurança;
- Memorial de cálculo, memorial descritivo e especificações técnicas;
- Atendimento às normas ABNT NBR 15526 e NBR 13523, e às exigências do Corpo de Bombeiros e concessionária local.

### **CONDIÇÕES GERAIS**

- Todos os projetos deverão ser entregues em formato digital (DWG e PDF);
- A empresa deverá realizar visitas técnicas, reuniões de compatibilização com a fiscalização e prestar assistência técnica durante a execução da obra, todos os projetos somente terão validade após análise, aprovação e validação do corpo técnico da Secretaria de Habitação, sendo que em hipótese alguma, quaisquer serviços se iniciarão sem a devida aprovação por parte da fiscalização.
- Os projetos deverão seguir rigorosamente as normas da ABNT, exigências dos órgãos públicos e concessionárias locais;
- A contratada deverá possuir registro e responsabilidade técnica junto ao CREA/CAU.

- **Segurança e Execução:**

Todos os serviços e/ou atividades, desempenhados e executados dentro do canteiro de obras deverão ser realizados por equipes especializadas, seguindo as normas de segurança do trabalho, como uso de EPIs, andaimes e cintos de segurança.

A obra deverá atender à *NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção)* e *NR-35 (Trabalho em Altura)*.

- **Limpeza e Arremates:**

Ao final das atividades todas as peças, paredes, azulejos, cerâmicas, louças, conexões, pisos em geral, telhado, reservatórios, áreas comuns, devem ser limpas, retirando-se resíduos de poeira, graxa ou demais sujeiras. Serão realizados todos os arremates necessários para garantir a vedação e acabamento da cobertura.

- **Limpeza e Entrega dos Serviços:**

A contratada deverá ao longo da obra procurar manter o canteiro e os locais em obra organizados e, na medida do possível, limpos.

Concluídos os serviços em cada área, estas deverão ser limpas para facilitar a verificação por parte da fiscalização e, sempre que possível, vedado o acesso.

Antes da entrega da obra deverá ser elaborada a limpeza geral dos pisos, equipamentos e áreas externas.

Para a limpeza, deverá ser usado de um modo geral água e sabão neutro.

O uso de detergentes, solventes e removedores químicos, deverá ser restrito e feito de modo a não causar danos as superfícies e peças.

Deverão ser utilizados apenas os produtos especificados pelos fabricantes dos materiais e componentes empregados na obra.

Antes de ser utilizado material de limpeza específico as superfícies deverão ser limpas de respingos de tinta, manchas ou argamassa.

O entulho e restos de materiais, andaimes e outros equipamentos de obra, deverão ser totalmente removidos.

NOTA: As referências a produtos com indicação de fabricantes especificados neste memorial definem parâmetros de qualidade, desempenho, durabilidade, tipo de acabamento, textura e cor podendo ser substituídos por produtos de outras empresas desde que apresentem as mesmas características.

## **GARANTIA**

A empresa contratada deverá garantir os serviços pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo dos mesmos pela contratante, devendo tal compromisso ser constituído formalmente na proposta. Esta garantia e compromisso não

isentam a contratada do período de responsabilidade técnica e civil definidos na legislação vigente.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

A medição final somente será liberada para a liquidação quando da constatação e liberação da fiscalização.

A contratada deverá fornecer mensalmente relatório gerencial constando os dados contratuais, fotos da obra e demais elementos técnicos.

A contratada deverá após a assinatura da ordem de início, abrir o diário de obras conforme modelo padrão.

Todas as reuniões realizadas, que couberem decisões, deverão ser anotadas em atas de reunião modelo padrão, sendo este documento objeto de providências de aditamento de contrato ou somente juntada ao processo administrativo.

A contratada deverá apresentar obrigatoriamente, cronograma da obra, e atualizá-lo mensalmente, que será objeto de análise em reuniões de trabalho.

O cronograma deverá ser apresentado na reunião de partida da obra obrigatoriamente, podendo a contratada ser advertida com a não apresentação.

O cronograma deverá ser entregue e atualizado sempre que a fiscalização solicitar.

As medições deverão ser aprovadas pela fiscalização antes da emissão de notas fiscais, deverão conter planilhas de levantamentos de quantidades que comprovem os serviços executados, fotos dos locais, controle em projetos marcando a evolução dos serviços, bem como, datas e períodos executados.

A contratada deverá apresentar manual de garantias de todas as instalações, conforme as informações do fabricante, fornecedores, atendendo todas as conformidades da lei da defesa do consumidor.

O termo de Recebimento Provisório será emitido após medição final/check list (a fiscalização indicará as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como, estabelecerá o prazo para execução dos ajustes).

As alterações de projetos, se eventualmente necessários, deverão ser previamente analisados e aprovados pela Secretaria de Obras assim como pelo profissional responsável pela elaboração do projeto.

Na eventualidade de surgirem dúvidas ou divergências entre os desenhos, cotas do projeto e este memorial deverão ser consultados os responsáveis pela fiscalização da obra e o autor do projeto.

A Contratada deverá fornecer “AS BUILT” dos projetos, em CD, passando o projeto a ser propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de Guarulhos.


Todo material utilizado na execução deverá ser de primeira qualidade, devendo a fiscalização rejeitar qualquer material que não atenda ao padrão solicitado.

Todos os serviços deverão ser executados com esmero, de acordo com o projeto e em total observância às prescrições da ABNT e do Código de Obras do Município de Guarulhos.

A contratada deverá fornecer para o município o **Manual de Utilização, Manutenção e Limpeza** para a melhor conservação da referida obra.

#### **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

Por ocasião do término dos serviços, todas as instalações provisórias, tais como, canteiro de obra, alojamentos, placas de obra, etc., deverão ser removidas e ter suas áreas desimpedidas e devidamente limpas para a entrada de outros serviços, além de remover todo o entulho proveniente dos seus serviços e destiná-los conforme plano de gerenciamento de resíduos.

Documento assinado digitalmente  
 **JHONATAS HENRIQUE LOURENÇO DA SILVA**  
Data: 26/08/2025 11:27:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eng. Jhonatas Henrique Lourenço da Silva  
Divisão Técnica de Obras Habitacionais -SH01.06



## **ANEXO III**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**





SECRETARIA DE HABITAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
Divisão Técnica de Obras Habitacionais

## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO

### 1. Fundamento

Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP 2695496);

Normas da Associação Brasileira de normas Técnicas -ABNT quanto a processo construtivo.

Normas da ABNT aplicáveis aos materiais de construção.

### 2. Objeto:

Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos básicos, executivos e execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de 12 apartamentos divididos em duas torres contendo 6 apartamentos em cada bloco. O sistema construtivo será em Alvenaria estrutural, sobre blocos de fundações, vigas baldrame e estacas. O empreendimento será edificado a R. Ubaitaba e Viela Volga – Jd. Maria Dirce - Guarulhos. - SP A contratação abrangerá: elaboração dos projetos básicos e executivos de: arquitetura, estruturas, instalações hidráulicas e hidrossanitárias, instalações elétricas, CFTV e SPDA. Bem como todos os serviços preliminares, fundações, infraestrutura, superestrutura, alvenarias estruturais, instalações hidrossanitárias, elétricas e de gás, revestimentos, cobertura, esquadrias, pintura, urbanização, paisagismo, ACVB, limpeza final e entrega das unidades aptas ao uso, conforme normas técnicas da ABNT, legislações municipais, estaduais e federais, e projetos executivos fornecidos e contratados. A execução será processada no regime de 'Contratação Integrada' com critério de julgamento 'menor preço', conforme parâmetros de desempenho, normas técnicas e especificações definidas neste Termo de Referência e seus anexos.

### 3. Justificativa da necessidade da contratação

Seguirá os princípios apresentados ao Estudo Técnico Preliminar- ETP. Atualmente Guarulhos possui cerca de 40 mil pessoas cadastradas em programas habitacionais, tendo um déficit habitacional estimado pela Prefeitura que ultrapassa 160 mil moradias (dados de 2020). Alguns Programas como 'Casa Paulista' têm contemplado Guarulhos com centenas de novas unidades habitacionais (por exemplo, 955 unidades anunciadas em 2025) para atendimento da demanda, mas essa oferta ainda é pequena diante da fila de espera e da magnitude do déficit. Esse cenário evidencia uma necessidade urgente de acelerar a produção habitacional social para atender famílias em vulnerabilidade habitacional, reduzir a fila de espera e atender metas municipais/estaduais/federais de moradia digna. Sendo assim, a contratação empresa especializada em engenharia para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical, torna-se amplamente viável e compreende os seguintes elementos em sua composição: Dois blocos/torres, cada um com 6 apartamentos (total de 12 unidades), com área útil estimada de 47m<sup>2</sup> cada, possuindo a metodologia construtiva inicial em alvenaria estrutural, toda infraestrutura necessária, drenagem, rede de água, esgoto, energia, pavimentação, calçadas, iluminação, etc.) A escolha pela metodologia construtiva em 'Alvenaria estrutural' é o sistema construtivo em que a alvenaria (tijolos, blocos ou similares) assume parte substancial ou toda da função estrutural do edifício, eliminando ou reduzindo elementos estruturais como vigas e pilares em concreto armado. Quanto as vantagens na escolha da metodologia construtiva em 'Alvenaria estrutural' comparadas as metodologias tradicionais Ex.: Estruturas tradicionais em: vigas/pilares e elementos em concreto armado, são destacadas as seguintes vantagens: Velocidade de execução; pois possui menos etapas estruturais, menor número de formas, simplificação dos lançamentos de concreto e armações; por isso, menor tempo para erguer a estrutura. Custo; em muitos casos, alvenaria estrutural reduz material de estrutura (menos concreto, menos aço para armação), menor necessidade de formas, menor número de elementos estruturais complicados, resultando em custo de obra menor ou mais previsível. Desperdício e retrabalho; menos interfaces estruturais, menos juntas entre vigas/pilares, menor probabilidade de fissuras devido a menos enrijecimentos, melhor controle de qualidade. Segurança e Durabilidade; materiais tradicionais de alvenaria

bem executados têm boa durabilidade, manutenção relativamente simples; menor risco de corrosão em armaduras expostas. Adequação ambiental; uso de materiais locais, menor emissão de carbono dependendo da fonte dos blocos/tijolos; menor uso de formas descartáveis e de transporte pesado para estruturas especiais. Quanto as vantagens Socioeconômicas para o Município estão: Rapidez no atendimento às famílias vulneráveis; Redução de custos públicos; Geração de emprego local; Melhoria da infraestrutura urbana; Cumprimento de metas e programas habitacionais; Impacto social. Embora seja um empreendimento com apenas 12 unidades habitacionais projetos como esse são importantes como piloto/modelo para metodologia construtiva, para aquisição de rotinas administrativas, técnicas e de fiscalização, que poderão ser replicadas em escala maior. A demanda registrada, de dezenas de milhares de pessoas em fila de espera, torna indispensável multiplicar pequenos empreendimentos, assim este tipo de contratação é justificável e necessário. O prazo de execução será estabelecido no contrato, estimado em 12 meses, com recursos previstos no Fundo Municipal de Habitação do município

**4. Quantidade:****Vide Edital item 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO****5. Especificação do objeto**

Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos básicos, executivos e execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de 12 apartamentos divididos em duas torres contendo 6 apartamentos em cada bloco, um com área interna aproximada a 47m<sup>2</sup>, sito a R. Ubaitaba e Viela Volga – Jd. Maria Dirce - Guarulhos. - SP, conforme indicado na Planilha de Quantitativos e Preços.

O empreendimento contará com estacionamento, áreas comuns, playground, lixeira e portaria remota. A obra será executada na modalidade de contratação Integrada, considerando as especificações técnicas junto ao memorial descritivo em anexo, observando as seguintes exigências mínimas:

Sistema construtivo: alvenaria estrutural em blocos de concreto de forma aparentes;

Fundação: definida em projeto executivo.

Impermeabilizações: Pintura com tinta a base asfáltica, manta asfáltica;

Cobertura: telha fibrocimento com estrutura metálica; Esquadrias: metálicas ou de alumínio, padrão de mercado e conforme definido em projeto;

Instalações: elétrica, hidráulica, sanitária e de gás conforme normas técnicas e projetos executivos;

Revestimentos internos: piso cerâmico nas áreas molhadas e rustico nas demais áreas, gesso liso sobre bloco de concreto aparente, pintura PVA em paredes internas e acrílica nas externas;

Acessibilidade: atendimento às normas da ABNT NBR 9050; Segurança: atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros e normas NR-18 (Segurança do Trabalho);

Garantia mínima: 5 (cinco) anos para elementos estruturais e cobertura; 1 (um) ano para acabamentos.

**6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:**

( ) Sim, conforme ANEXO.

(x ) Não se aplica

**7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia**

- ☐ Empreitada por preço global
- ☐ Empreitada por preço unitário
- ☐ Tarefa
- ☐ Empreitada integral
- ☒ Contratação integrada
- ☐ Contratação semi-integrada
- ☐ Fornecimento e prestação de serviço associado
- ☐ Não se aplica

**8. Classificação do objeto:**

- ☐ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
- ☐ **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;
- ☒ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- ☐ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.
- ☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas
- ☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**
- ☐ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;
- ☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**
- ☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;
- ☐ **outros (especificar)**
- \_\_\_\_\_

**9. Participação de Consórcios:**

- ☒ Permitida
- ☐ Vedada. Justificar: (Em caso de vedação de consórcio, necessário justificativa fundamentada)-

**10. Identificação do responsável pela elaboração do TR****DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL**

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.

## **TERMO DE REFERÊNCIA - CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS**

### **1. Obrigações das parte:**

A empresa contratada assumirá toda a responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações realizadas, respondendo pela sua perfeição, solidez e segurança em relação ao proprietário e a terceiros, nos termos do Código Civil Brasileiro. Deverá ser observada toda a legislação pertinente inclusive com relação às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho. A contratada assumirá a responsabilidade sobre quaisquer danos ocorridos em equipamentos ou instalações existentes e adjacências durante a execução da obra. Não será permitida a sub-empregada global, podendo a empresa contratada, entretanto, fazê-la parcialmente em serviços de menor vulto ou serviços especializados, ficando mantida, porém, sua responsabilidade junto à Prefeitura de Guarulhos. Quando houver, além da contratada, mais de um empreiteiro realizando serviços, haverá necessidade de entendimentos preliminares entre as partes a fim de se obter um bom entrosamento e compatibilidade no andamento dos trabalhos, sem prejudicar ou danificar os serviços concluídos e/ou a concluir, pertinente a qualquer uma das empresas envolvidas. Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela CONTRATADA deve atender ou superar as prerrogativas estabelecidas e definidas no Anteprojeto, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade, segurança, e níveis de serviço, atendendo solidariamente ao Memorial Descritivo para construção residencial (2696286) / pg. 2. O Projeto Executivo deverá ser entregue georreferenciado, integrado ao mesmo sistema tridimensional de referência espacial global adotado na execução do levantamento primitivo do terreno natural, por meio da implantação, rastreamento e compatibilização ao sistema de projeção topográfica local de uma rede de apoio geodésico, constituída de marcos geodésicos de precisão. Deverão ser atendidas as determinações deste Termo de Referência.

### **2. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com as recomendações do Acórdão TCU - 1545 de 2008. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato

exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATADA será convocada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Os projetos deverão ser entregues de acordo com o cronograma / eventograma previamente aprovados pela SH. Os projetos deverão ser elaborados em atendimento as demandas estabelecidas no presente Termo de Referência.

Deverão ser apresentadas as ART's/RRT's da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e do responsável (is) técnico (s) pela elaboração dos Projetos. Em caso de Consórcio, este deverá estar devidamente registrado no CREA pertinente. Os projetos deverão ser apresentados em meio digital, (pendrive, nuvem, discos rígidos (HD), CD ou DVD), devendo constar todos os arquivos editáveis: .doc,\*.xls,.xlsx,\*.dwg, \*.bim ou similares, desde que intercambiáveis. Todas as versões apresentadas deverão ser sempre entregues digitalizadas e assinadas digitalmente. A versão final (aprovada) deverá ser entregue também no formato impresso, em três vias, exceto se a CONTRATANTE se manifestar formalmente por quantidade menor. Visando não configurar burla ao processo licitatório, as possíveis críticas ou dúvidas quanto às soluções dos Estudos disponibilizados, deverão ser registradas durante a fase certame licitatório e previamente à apresentação das propostas dentro dos prazos estabelecidos em lei. Qualquer crítica às soluções de Estudos/anteprojetos em fase contratual, será considerada intempestiva. Poderá ser aceita solução de engenharia diferente daquela apresentada no arquivo disponibilizado, desde que se comprove tecnicamente que o desempenho dela é igual ou superior ao da solução prevista no Estudo/anteprojeto disponibilizado, e havendo anuência por parte da SH. Caberá à CONTRATANTE decidir se a proposta de solução possui qualidade igual ou superior à solução definida em Estudo/anteprojeto, pois envolve não só análise técnica a respeito desta, mas outros elementos como processos operacionais da setorização dos serviços habitacionais da SH, entre outros. A elaboração de algumas etapas do Projeto poderá se dar concomitantemente com a execução das obras, sendo vedada a execução de qualquer alteração arquitetônica, sem a aprovação do Projeto Executivo por parte da CONTRATANTE. Para agilizar a liberação de frentes de serviço, os projetos executivos poderão ser entregues de forma segmentada, em trechos pré-definidos entre as partes (CONTRATANTE e CONTRATADA), desde que todas as disciplinas estejam contempladas no objeto de análise. Na medida em que as etapas do Projeto Executivo forem sendo concluídas e aprovadas pela CONTRATANTE, pode-se iniciar a execução dos respectivos serviços. O Departamento de Desenvolvimento Habitacional, será o responsável pelas aprovações dos projetos executivos, assim como os projetos segmentados, quando

houver. Todas as demandas que não estejam relacionadas a soluções técnicas dos serviços de engenharia ou arquitetura, serão submetidas a SH, para ciência e deliberação. Deverão ser entregues os levantamentos, os estudos de campo, os cadastros e toda a base de informações que subsidiaram a elaboração dos projetos, em conformidade com as respectivas Instruções de Serviços. Todos esses documentos deverão ser entregues em versões editáveis, inclusive as primitivas do equipamento. Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual. Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela CONTRATADA deve atender ou superar as prerrogativas estabelecidas e definidas no Anteprojeto, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade, segurança, e níveis de serviço. O Projeto Executivo deverá ser entregue georreferenciado, integrado ao mesmo sistema tridimensional de referência espacial global adotado na execução do levantamento primitivo do terreno natural, por meio da implantação, rastreamento e compatibilização ao sistema de projeção topográfica local de uma rede de apoio geodésico, constituída de marcos geodésicos de precisão. Deverão ser atendidas as determinações deste Termo de Referência.



## **ANEXO III A**

### **ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**





SECRETARIA DE HABITAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
Divisão Técnica de Obras Habitacionais

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Descrição da necessidade:

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando a **presente licitação tem por objeto de** Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de interesse social, sito R. Ubaitaba e Viela Volga – Jd. Maria Dirce - Guarulhos. - **SP**

Portando a necessidade da Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical, visa o atendimento habitacional para famílias ao qual estão alocadas em instalações precárias em locais de alto risco.

### 2. Histórico:

Conforme publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 29 de agosto de 2024, a Cidade de Guarulhos possui uma população estimada em 1.345,364 Habitantes, tornando o Município a maior cidade não capital do país, segundo o IBGE.

O estudo é um dos parâmetros utilizados pelo TCEU (Tribunal de Contas da União) para o cálculo do Fundo de Participação de Estados e Municípios, além de referência para indicadores sociais, econômicos e demográficos.

#### 2.1. Tem contrato ou ata vigente:

☐ Sim, contrato

☐ Sim ata nº \_\_\_\_\_

☒ Não há contrato/ ata vigente.

#### 2.2. Informações sobre estoque existente:

☐ Sim conforme especificado abaixo:

☐ Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

☒ Não se aplica, pois não é um produto estocável

### 3. Soluções existentes no mercado:

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde serão discriminados os valores unitários estimados de todos os serviços que serão aplicados na contratação desta obra.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SIURB INFRA, SIURB EDIF, SINAPI, DER, FDE e CDHU supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

### 4. Relação de dependência com o contrato:

☒ Não se aplica

☐ Sim, conforme justificativa abaixo:

### 5. Critério de Sustentabilidade:

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21.

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.

#### **6. Estimativa do valor da contratação: R\$ 2.350.000,00 ( Dois Milhões trezentos e cinquenta mil reais)**

Informamos que o valor acima tem por base um levantamento prévio e não caracteriza o valor da contratação, uma vez que este estudo antecede a efetiva pesquisa de preços.

#### **7. Levantamento e análise de riscos:**

A análise de riscos tem o intuito de identificar as ameaças à longevidade do objeto entregue e as ações que podem ser tomadas para evitar ou minimizar a ocorrência dos riscos e impactos negativos. Sendo assim, todo risco identificado deve ter pelo menos uma medida preventiva, a fim de evitar danos ao objeto do contrato, objetos envolvidos e ao meio ambiente.

A falta ou a demora das ações para a realização das obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de interesse social, acarretam uma problemática continua não somente ao município ao qual necessita prover de recursos, mão de obra e material para minimizar possíveis perdas e transtornos com ações emergenciais, quanto ao morador ao qual está diretamente sob o risco de ruína, inundações e ou ações extremas ao qual colocam a vida em risco e seus bens.

O levantamento e análise de riscos identificarão potenciais ameaças associadas execução das obras. O mapa de riscos será elaborado para uma gestão eficaz, permitindo a escolha da solução mais vantajosa sob a perspectiva do interesse público.

#### **8. Definição do objeto:**

Após análise das necessidades, soluções disponíveis no mercado e histórico de contratações similares, o objeto é definido como "Contratação de Empresa Especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de interesse social, sito R. Ubaitaba e Viela Volga – Jd. Maria Dirce - Guarulhos. - SP

#### **9. Justificativa de escolha da solução:**

A escolha da solução é justificada uma vez que a execução dos serviços propostos tem por finalidade atender às demandas habitacionais para locação de famílias residentes em áreas de alta vulnerabilidade.

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução de Obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de interesse social, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária, uma vez que trará melhorias para a população.

Portanto essa escolha da solução apresenta vantajosidade operacional, técnica e financeira.

A empresa selecionada deve demonstrar experiência em obras similares, apresentar vantagens técnicas e oferecer proposta financeiramente competitiva.

#### **10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)**

O ETP demonstra a previsão da contratação no PCA, alinhando-se ao planejamento da Administração para garantir a consonância entre demandas e recursos disponíveis.

**11. Estimativas de quantidades:**

A relação entre a demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado resultou no levantamento detalhado de quantidades de insumos e serviços, com base em vistoria prévia realizada no local onde deverão ser executados os serviços, o que originou orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contatação.

**12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:**

☐ Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

☒ Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados numa única pessoa jurídica

Subcontratação:

☒ Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A subcontratação dos serviços poderá ser permitida de forma parcial conforme disposto no art. 122, da lei 14.133/2021, com a prévia aprovação da Contratante, desde que a Contratada mantenha toda a Coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

A CONTRATADA poderá subcontratar até o limite de 20% do valor contratual mediante a prévia autorização do Fiscal e Gestor do Contrato.

☐ Não poderá ser subcontratada.

**13. Legislação sobre o assunto:**

Independente de não ser especificamente citado, na execução dos serviços e no emprego dos materiais, deverá ser obedecido tudo aquilo que estiver regulamentado pelas normas, especificações, métodos e terminologias da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, normas internacionais e de órgãos técnicos competentes. A observância rigorosa dos procedimentos definidos nas especificações e projetos será de responsabilidade da Contratada.

**14. Premissas técnicas:**

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, para oferecer serviços de infraestrutura e melhorias nas condições de habitabilidade do município.

As Obras de infraestrutura e edificação residencial vertical de interesse social deverão ser realizados em caráter de urgência, no município de Guarulhos. Com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes, melhorias na infraestrutura e habitabilidade.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e Memorial Descritivo.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**15. Padronização:**

O ETP e Memorial descritivo demonstram a padronização, como: Uniformidade, eficiência, qualidade e compatibilidade, bem como seus aspectos: Especificações técnicas, estéticas, desempenho, manutenção, assistência técnica e garantia.

**16. Indicação de Marca ou Modelo:**

Todas as peças, materiais e serviços serão descritos em memorial descritivo bem como planilha orçamentária com a descrição de itens, valores e quantidades unitários.

**17. Atividade Acessória:**

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos de competência legal dessa unidade.

**18. Bens de luxo:**

O objeto a ser contratado não se enquadra como bem de "luxo".

**19. Certifica o atendimento do princípio da segregação de funções:** As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência, artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021.

(x) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo:

---

**20. Mapa de risco (matriz de risco):**

O mapa de risco bem como o perfil de risco foram elaborados considerando a identificação e análise dos principais riscos, bem como as ações preventivas e contingenciais.

**Ambos seguem em anexos para apresentação, conforme documento 2335940.**

**21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):**

JHONATAS HENRIQUE LOURENÇO DA SILVA - ENGº CIVIL - CREA; 5070096192 - CF;77672 - CHEFE DE DIVISÃO TÉCNICA

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatas Henrique Lourenco da Silva, Chefe de Divisão Técnica**, em 26/08/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2695496** e o código CRC **FA9A6FE7**.



## **ANEXO III B**

### **MATRIZ E PERFIL DE RISCOS**

**MATRIZ DE RISCOS**

**OBRA:** Contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura e edificação residencial vertical, sito a R. Ubertabas e Vênia Vêga  
**BAIRRO:** Jd. Maria Dires - Guarulhos - SP

Nº	NÍVEL DO RISCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	FATOR DE RISCO	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	GRAU DE PROBABILIDADE (P)	GRAU DE IMPACTO (I)	ALOCACÃO DOS RISCOS
1	9	PROJETO FINAL	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Quantidade e qualidade insuficientes ou inadequadas dos itens de serviços previstos na planilha de estimativa de custos para realização da obra.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	A administração juntamente com a contratada deverá elaborar uma planilha de custos para oficialização de um termo aditivo ao contrato.	Pouco Provável	Médio	Contratante/Contratada
2	3	ALTERAÇÃO DE PROJETO	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Alteração do projeto e/ou especificações, no decorrer da elaboração do projeto executivo e/ou por opção da Contratada - Inclusive metodologia executiva.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Remuneração do serviço alterado por meio de termo aditivo específico, previamente aprovado. Solução técnica por conta da contratada, desde que previamente aprovada e que não altere o resultado técnico anteriormente proposto. Toda e qualquer alteração proposta e/ou divergências em relação ao projeto de engenharia deve ser comunicada à fiscalização.	Raro	Baixo	Contratante
3	1	PAYMENTAÇÃO/ DRENAGEM	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Ocorrência qualitativa ou quantitativa de pavimento e/ou divergência durante que consta nos elementos técnicos da licitação	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Remuneração pelo tipo e quantidade de pavimentos efetivamente executados, subtraindo-se o tipo de pavimento previsto originalmente. Remuneração pelo tipo e quantidade de drenagem efetivamente executadas, subtraindo-se o tipo de drenagem prevista originalmente.	Raro	Muito Baixo	Contratante
4	2	LICENÇAS AMBIENTAIS/ RISCOS AMBIENTAIS	Atraso no início das obras. Aumento de custo por atraso do cronograma.	Não obtenção das licenças, inclusive de conteúdos, jazidas e localizações. Necessidade de complementação de estudos ambientais.	Atraso no início das obras. Aumento de custo por atraso do cronograma.	A administração e contratada deverão obter as licenças ambientais pertinentes antes do início das obras. Contratada deverá manter disponível agenda e estrutura necessária à realização dos serviços efetivamente liberados.	Pouco Provável	Muito Baixo	Contratada
5	14	CONDIÇÕES GEOTÉCNICAS	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Ocorrência qualitativa ou quantitativa de solo divergente daquele que consta nos elementos técnicos da licitação.	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Remuneração pelo tipo e quantidade de pavimentos efetivamente executados, subtraindo-se o tipo de pavimento previsto originalmente.	Pouco Provável	Alto	Contratante
6	14	FINANCEIRO	Atraso no cronograma. Aumento de custo por atraso do cronograma.	Atrasos nos repasses financeiros por parte do órgão financiador.	Atraso no cronograma. Aumento de custo por atraso do cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo. Gestão junto ao órgão financiador buscando liberação de recursos.	Pouco Provável	Alto	Contratante
7	5	TRÁFEGO	Atraso no cronograma	Interrupção de tráfego	Atraso no cronograma	Plano de ataque à obra, simulação das condições operacionais e tratativas junto aos órgãos de trânsito.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
8	5	RETRABALHO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Atraso no cronograma	Necessidade de nova execução de serviços ou parte destes decorrentes de problemas ocasionados pelas condições climáticas, por recalque do solo, por erro de execução, por colapso dos materiais ou por erros de dimensionamento (projeto executivo).	Atraso no cronograma	Risco da contratada, gestão e segurança da obra e/ou seguro.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
9	5	ROUBOS, FURTOS OU EXTRAVIOS NO LOCAL DA OBRA	Atraso no cronograma	Prejuízos gerados no canteiro ou frentes de serviço até a entrega da obra.	Atraso no cronograma	Risco da contratada, gestão e segurança da obra e/ou seguro.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
10	5	AVARIAS / FALHAS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Atraso no cronograma	Avarias ou falhas eletromecânicas das máquinas/equipamentos utilizados na obra, gerando interrupção parcial do objeto ou atrasos de cronograma.	Atraso no cronograma	Risco da contratada. Quanto ao descumprimento de prazo por esta contratação, deve ser aplicada a sanção administrativa prevista em contrato.	Pouco Provável	Baixo	Contratada

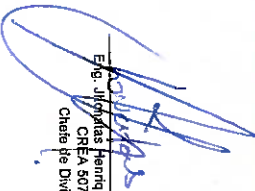


PREFEITURA DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SH  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - SH01

MATRIZ DE RISCOS

OBRA: Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical, sito a R. Ubaldo e Vênia Vêgia  
BAIRRO: Jd. Maria Dire - Guarulhos - SP

Nº	NÍVEL DO RISCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	FATOR DE RISCO	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	GRAU DE PROBABILIDADE (P)	GRAU DE IMPACTO (I)	ALOCÇÃO DOS RISCOS
11	5	AVARIAS E DANOS A INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Atraso no cronograma, multa e retrabalho na correção dos danos e avarias	Avarias ou danos a infraestrutura de gás, drenagem, sistema de esgoto existente, cabamentos de fibra ótica, telefonia, energia elétrica entre outras infraestruturas existentes, gerando interrupção parcial do objeto, atrasos de cronograma ou transtornos com população e entes responsáveis pela infraestrutura.	Atraso no cronograma, multa e retrabalho na correção dos danos e avarias	Alinhar com as empresas e órgãos responsáveis pela infraestrutura existente a estratégia de execução da obra.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
12	8	DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO	Atraso no cronograma, multa e paralisação da obra	Não disponibilização de áreas por parte da Contratante e Contratada	Atraso no cronograma, multa e paralisação da obra	Buscar e agilizar a disponibilização de áreas a ser utilizada para destinação dos resíduos da construção.	Provável	Baixo	Contratante/Contratada
13	9	CANTEIRO DE OBRAS	Segurança	Não cumprimento de diretrizes e normas técnicas.	Queda de trabalhadores em altura, Choque elétrico em instalações provisórias, Queda de objetos/ferramentas, Acidente com máquinas pesadas (atropelamento), Exposição a poeira e ruído, Estorços repetitivos / ergonomia, Incêndio em materiais inflamáveis, Danos a equipamentos por falta de manutenção, Furto ou vandalismo de material/equipamento, Colapso de escoramento ou andaimes	Treinamento NR-35, uso de EPIs (capto, tabarte), inspeção de andaimes, Adequação NR-18, aterramento, disjuntores diferenciais, sinalização, Uso de redes de proteção, capacidade, fixação correta, organização, Plano de trabalho, sinalização, separação de pedestres e veículos, Mascaras PFF2, protetores auriculares, unificação do solo, rodízio, Treinamento de postura, rodízio de funções, mecanização parcial, Extintores, brigada de incêndio, armazenamento adequado, Plano de manutenção preventiva, checklists diários, Controle de acesso, vigilância, cercamento, Projetos aprovados, inspeções frequentes, uso de materiais certificados, NR18.	Pouco Provável	Médio	Contratada
	5		Atraso do início da obra e mobilização de equipamentos	Não haver áreas disponibilizadas para Contratante	Atraso do início da obra e mobilização de equipamentos	Contratada deve adequar estrutura do canteiro de obras alongando área local ou construção de canteiro.	Pouco Provável	Baixo	Contratada

  
Ely Jhonatas Henrique Lourenço da Silva  
CREA 5070096192  
Chefe de Divisão Técnica

**PERFIL DE RISCOS**

**OBRA:** Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical, sito a R. Ubaitaba e Viela Volga

**BAIRRO:** Jd. Maria Dirce - Guarulhos. - SP

<b>Impacto</b>	Muito Alto	15	19	22	24	25
	Alto	10	14	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito Baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente Certo
<b>Probabilidade</b>						

---

Eng. Jhonatas Henrique Lourenço da Silva  
 CREA 5070096192  
 Chefe de Divisão Técnica



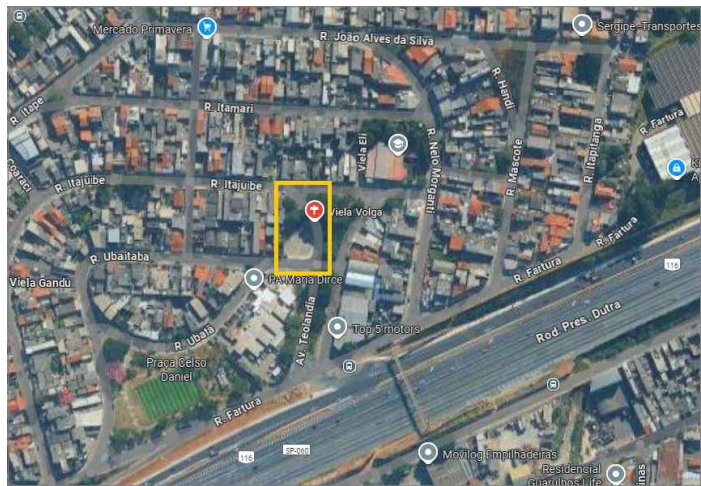


## **ANEXO III C**

## **ANTEPROJETO**



RUA UBAITABA

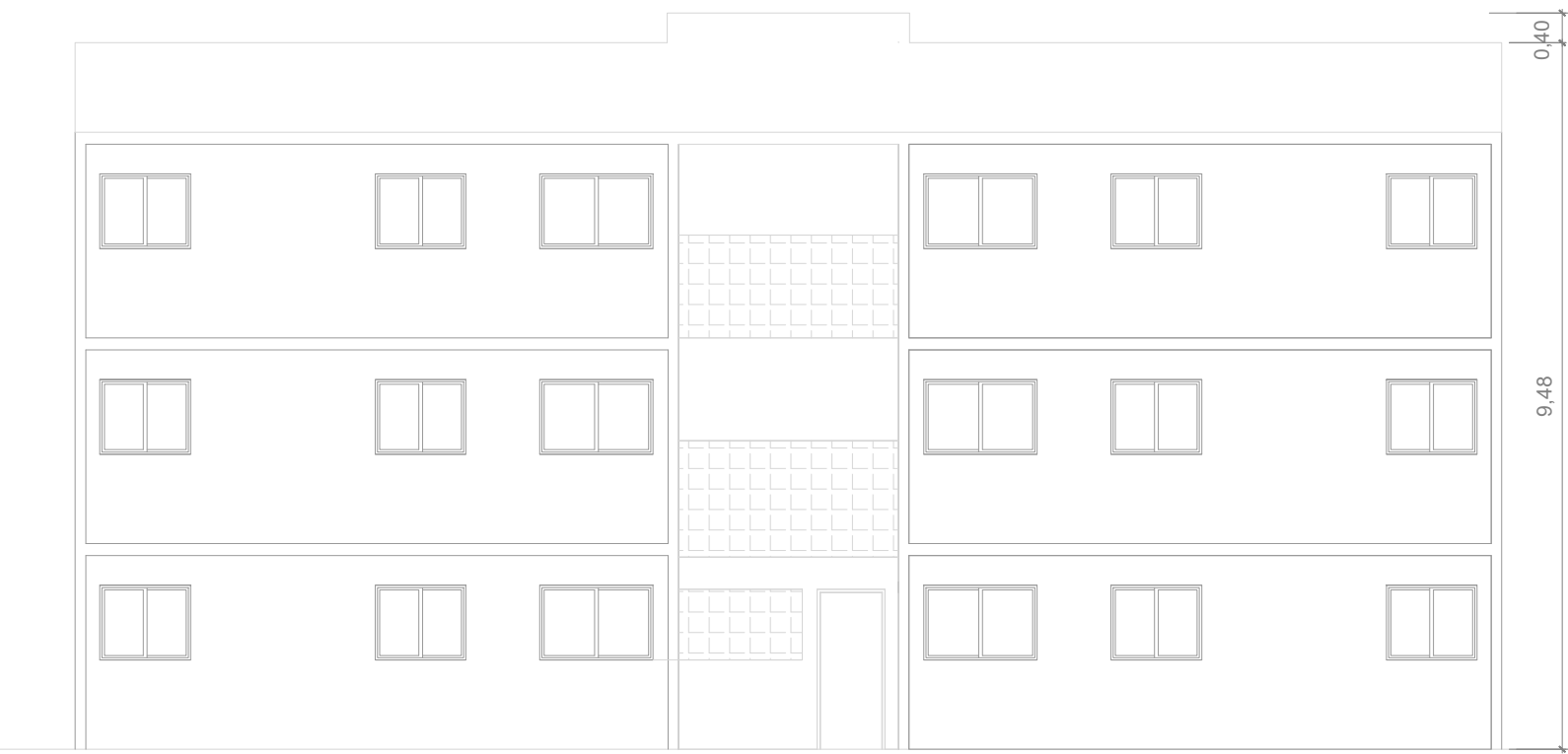
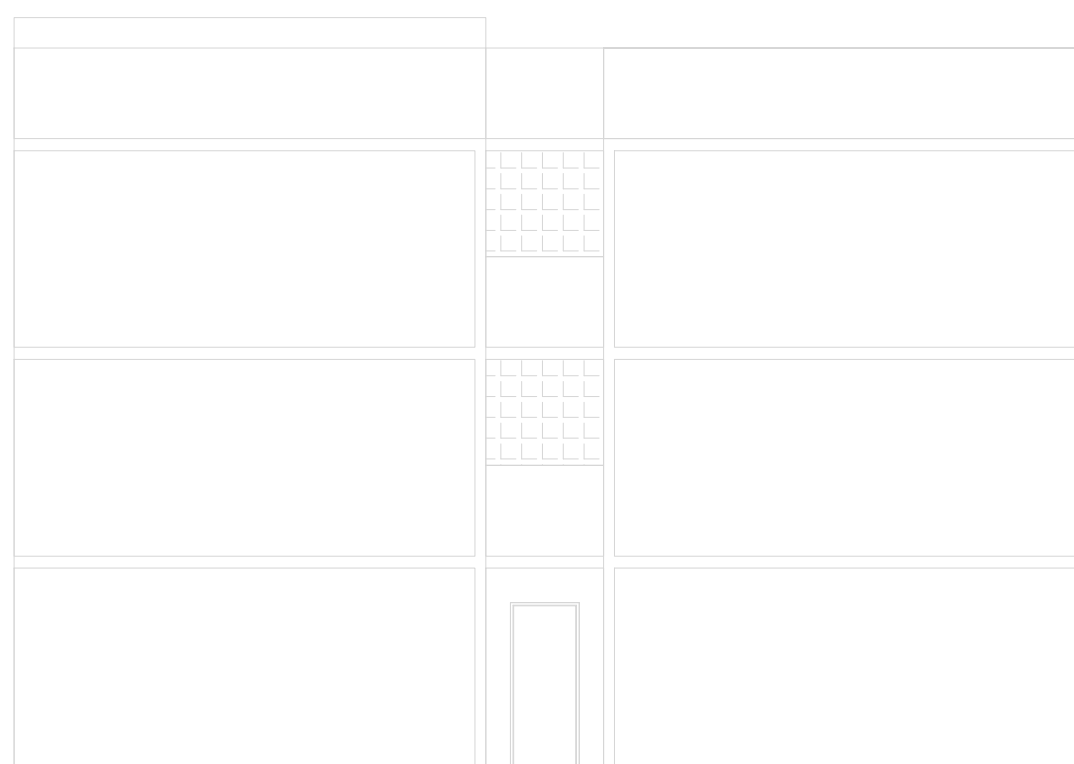
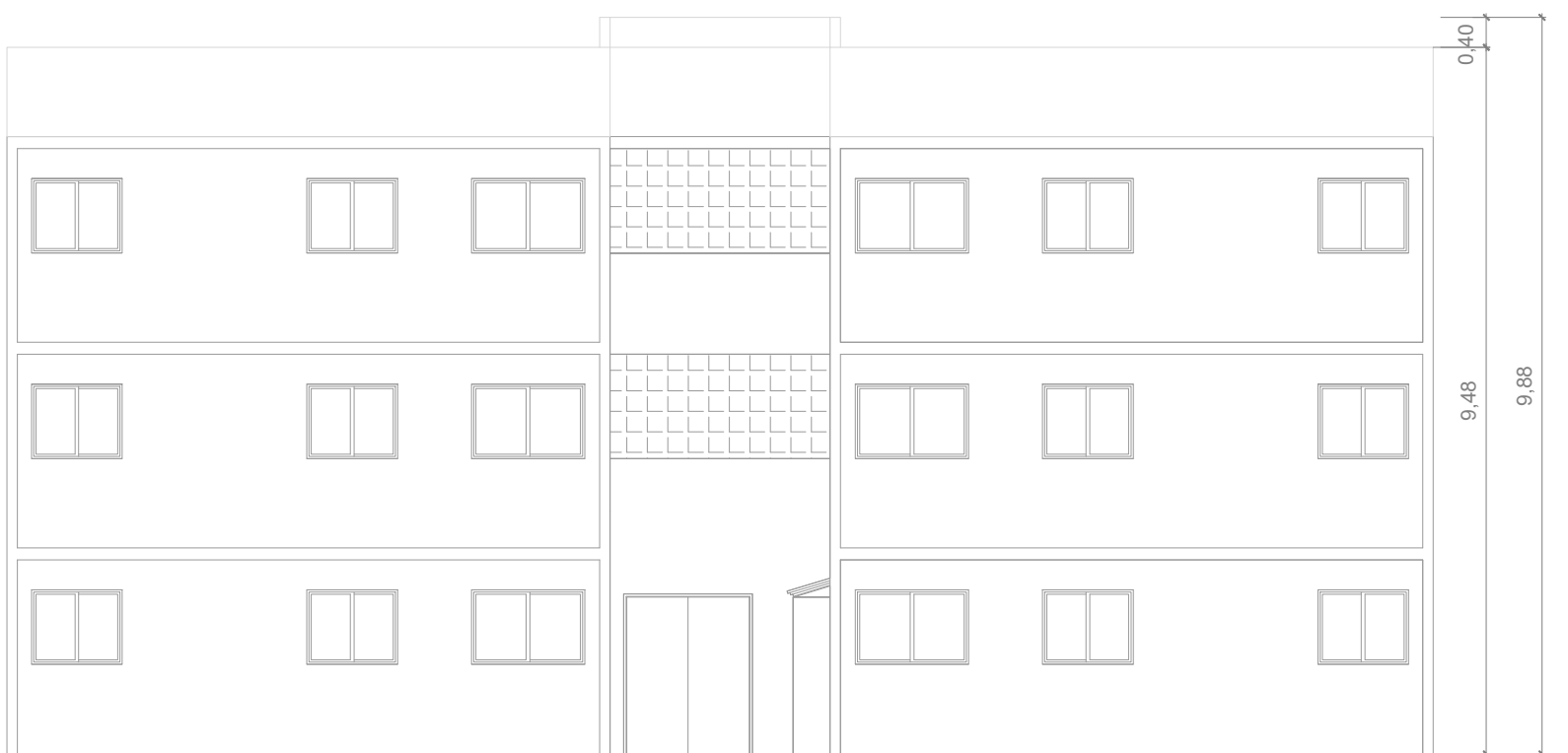
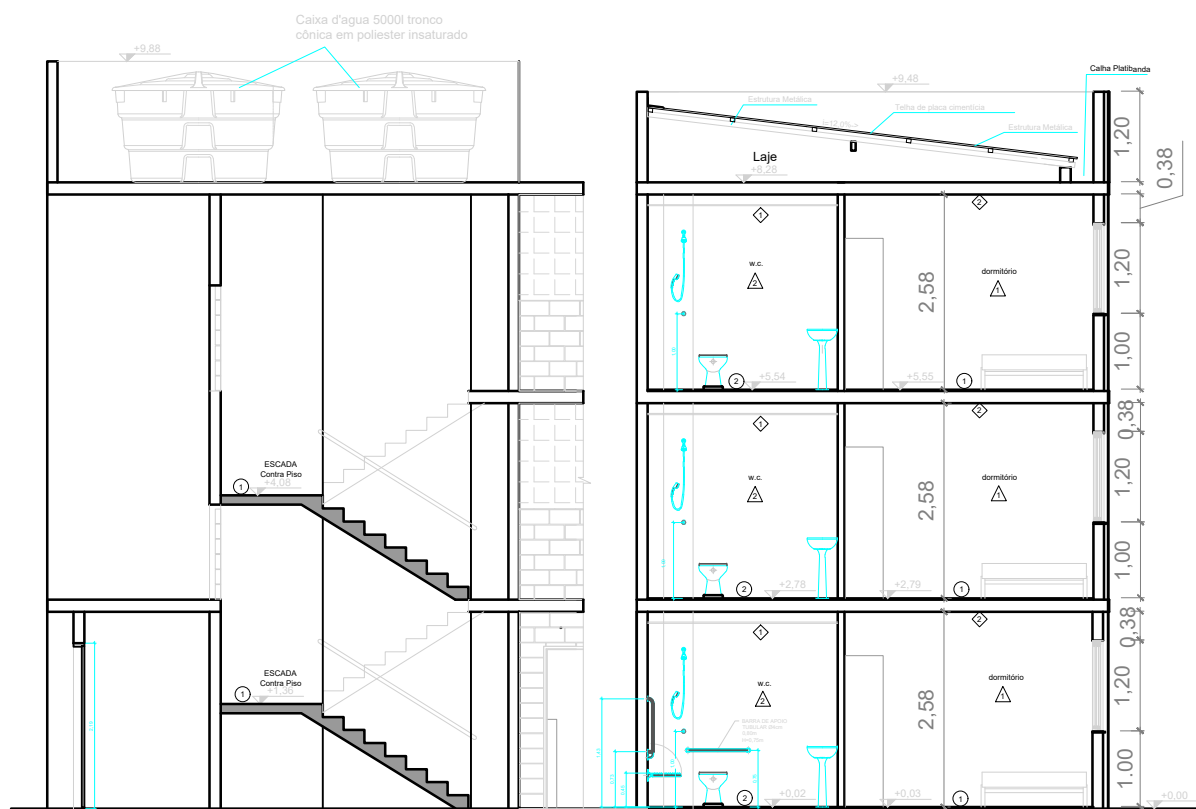


#### TABELA DE ACABAMENTOS

Piso	
1	Contra piso desempenho nivelado
2	Piso Porcelanato
Parede	
1	Gesso acabado pronto para pintura
2	Acabamento Azulejo
3	Alvenaria aparente com aplicação de selador e pintura acrílica.
Teto	
1	Acabamento em forro de gesso
2	Acabamento com massa única sobre chapisco rolado e massa corrida

#### Notas:

- As três primeiras fiadas do pavimento térreo receberão pintura asfáltica antes da pintura.
- Janelas com pingadeira em granito
- Construção em alvenaria estrutural, distribuída em duas torres com seis unidades cada uma



#### QUADRO DE ÁREAS GERAIS

PAVIMENTO TÉRREO	249,53m²
1º PAVIMENTO	223,32m²
2º PAVIMENTO	228,62m²
TOTAL	701,47m²

ÁREAS POR UNIDADE	
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	49,94m²
TOTAL DE UNIDADES A SEREM CONSTRUÍDAS	12 UNIDADES

Nº	DATA	REVISÕES	NOTAS

Documento assinado digitalmente  
**gouv**  
GUILHERME DAVID DOS SANTOS VIANA  
Data: 03/02/2026 10:11:20-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

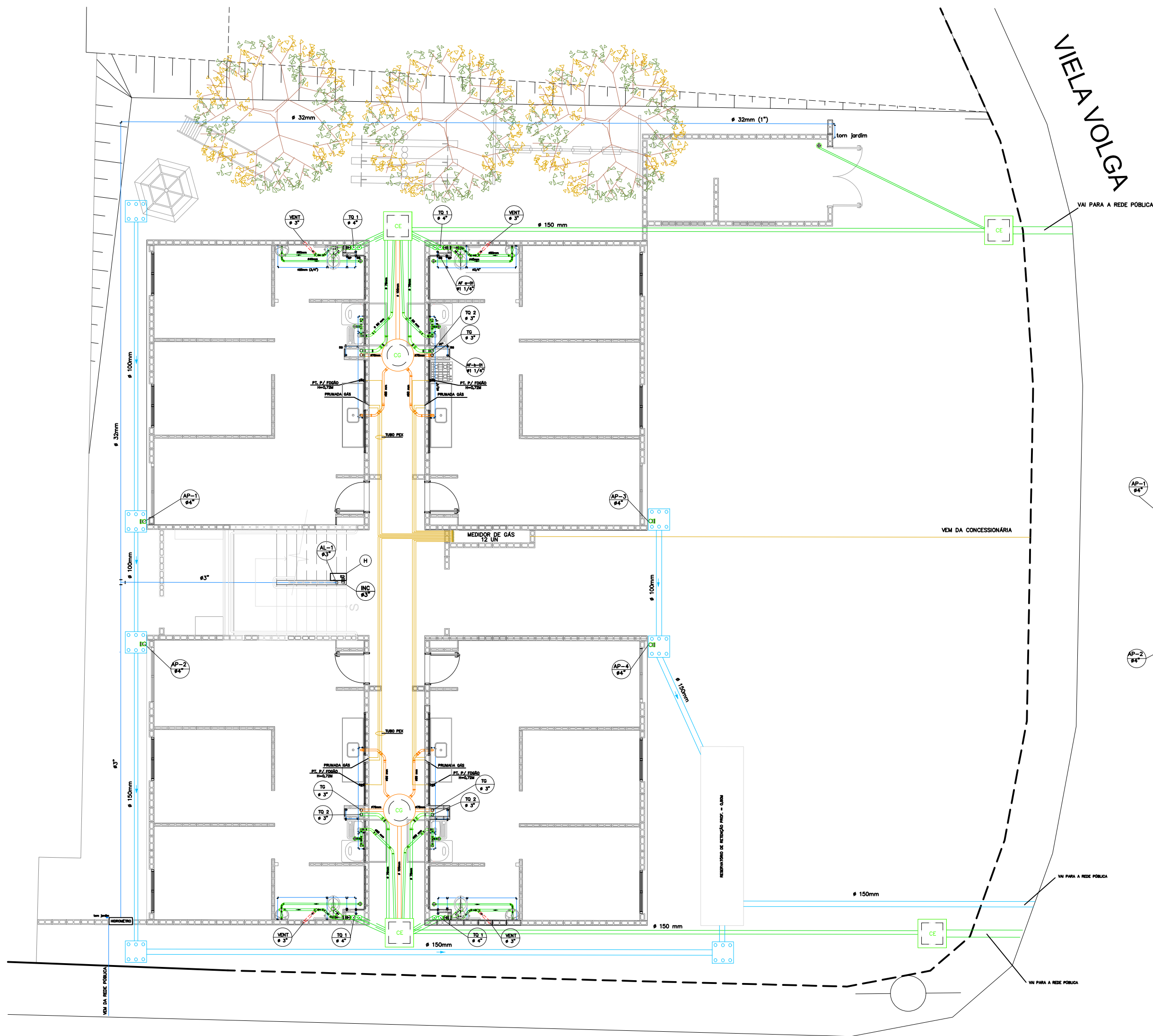
Elaborado por: GDF - GDF  
**GUILHERME DAVID DOS SANTOS VIANA**

PREFEITURA DE GUARULHOS - SP  
SECRETARIA DE HABITAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - SH01  
PROJETO: COND. HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL - RUA UBAITABA  
LOCAL: VIELA VOLGA ESQUINA COM RUA UBAITABA  
ÁREA TÉCNICA: DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
TÍTULO: ESTUDO ARQUITETÔNICO  
ESCALA: 1:100  
DATA: 02/2026  
DESENHO: SH - DDH

00

UNICA

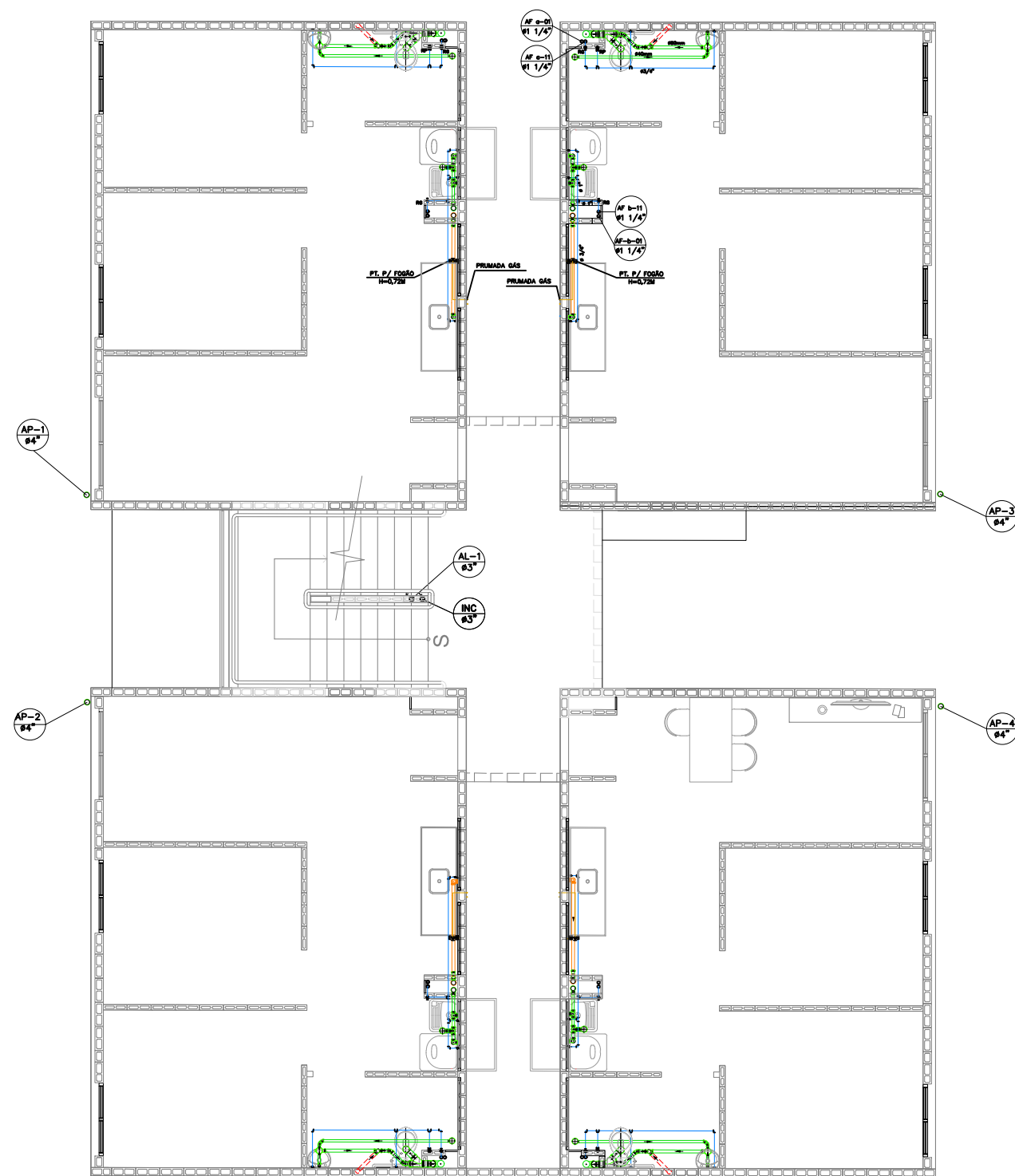




1 PAVIMENTO TÉRREO COM IMPLANTAÇÃO  
1 : 50

RUA UBAITABA

VIELA VOLGA



2 1º PAVIMENTO  
1 : 50

LEGENDA HIDRÁULICA/ÁGUA FRIA/GÁS	
<span style="color: green;">—</span>	TUBULAÇÃO DE ESGOTO – PVC
<span style="color: orange;">—</span>	TUBULAÇÃO DE GORDURA – PVC
<span style="color: blue;">—</span>	TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS – PVC-SR
<span style="color: red;">---</span>	TUBULAÇÃO DE VENTILAÇÃO – PVC
<span style="color: blue;">—</span>	TUBULAÇÃO DE ÁGUA FRIA – PVC RÍGIDO SOLDÁVEL
<span style="color: yellow;">—</span>	TUBULAÇÃO DE GÁS NO PISO – PEX MULTICAMADA
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">TO-2 Ø 114</span>	TUBO DE QUEDA DE ESGOTO
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">AP-1 Ø 114</span>	TUBO DE QUEDA DE ÁGUAS PLUVIAIS
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">TO-1 Ø 114</span>	TUBO DE QUEDA DE GORDURA
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">VENT Ø 3"</span>	TUBO DE VENTILAÇÃO
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">AF-1 Ø 2"</span>	COLUNA DE ÁGUA FRIA
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">AL-1 Ø 3"</span>	COLUNA DE ALIMENTAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">E-1 Ø 2"</span>	COLUNA DO EXTRAVASOR
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">LIMP-1 Ø 2"</span>	COLUNA DE LIMPEZA
<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;">HG Ø 3"</span>	COLUNA DE HIDRANTE
<span style="border: 1px solid green; padding: 2px;">CE</span>	CAIXA DE ESGOTO 60X60cmXVAR.
<span style="border: 1px solid orange; padding: 2px;">CG</span>	CAIXA DE GORDURA 60cmXVAR.
<span style="border: 1px solid blue; padding: 2px;">O O O</span>	CAIXA DE PASSAGEM ÁGUA PLUVIAL 60X60cmXVAR.

Nº	DATA	REVISÕES	MONTES



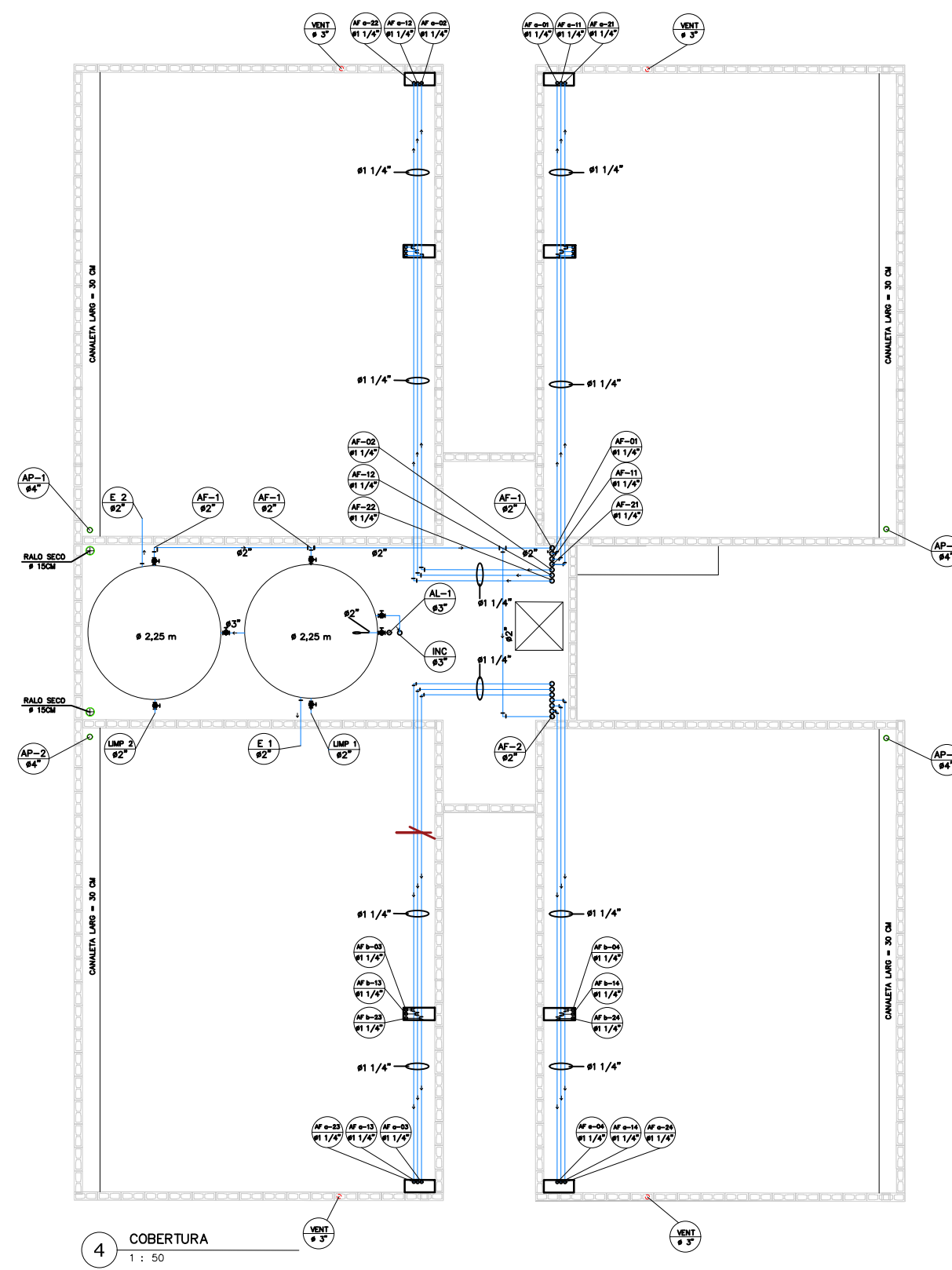
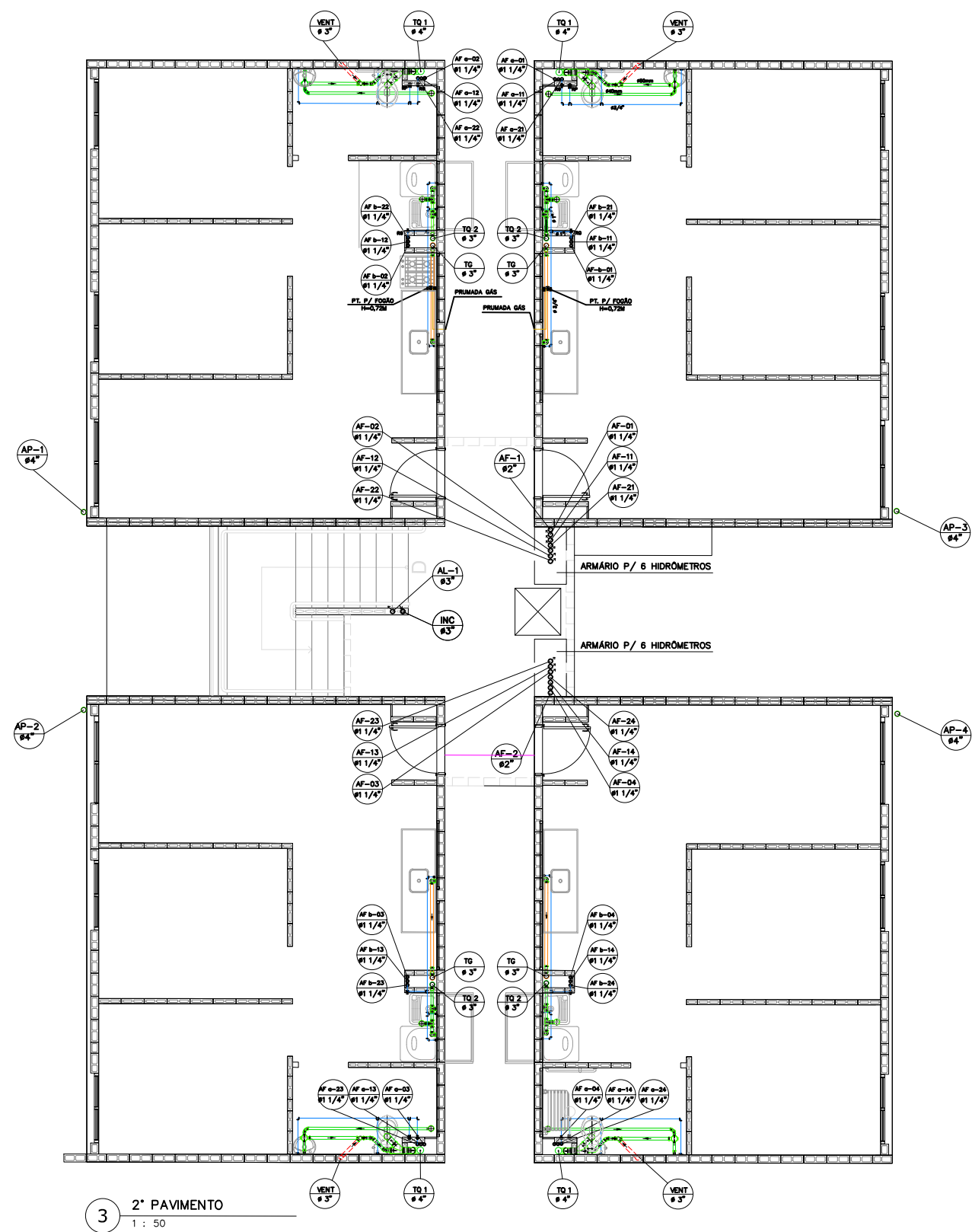
Documento assinado digitalmente  
GUILHERME DAVID DOS SANTOS VIANA  
Data: 03/02/2026 10:11:20-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ARG. GUILHERME DAVID DOS SANTOS VIANA

PREFEITURA DE GUARULHOS - SP  
SECRETARIA DE HABITAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - SH01  
COND. HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL - RUA UBAITABA  
VIELA VOLGA ESQUINA COM RUA UBAITABA  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

ESCALA	1:50	DATA	02/2026	REVISÃO	SH-DDH
--------	------	------	---------	---------	--------

01/02



LEGENDA  
HIDRÁULICA/ÁGUA FRIA/GÁS

TUBULAÇÃO DE ESGOTO – PVC

TUBULAÇÃO DE GORDURA – PVC

TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS – PVC-SR

TUBULAÇÃO DE VENTILAÇÃO – PVC

TUBULAÇÃO DE ÁGUA FRIA – PVC RÍGIDO SOLDÁVEL

TUBULAÇÃO DE GÁS NO PISO – PEX MULTICAMADA

TD-2  
Ø 3"

AP-1  
Ø 4"

TG-1  
Ø 3"

VENT  
Ø 3"

AF-1  
Ø 2"

AL-1  
Ø 3"

E-1  
Ø 3"

LM-1  
Ø 2"

HC  
Ø 3"

CE

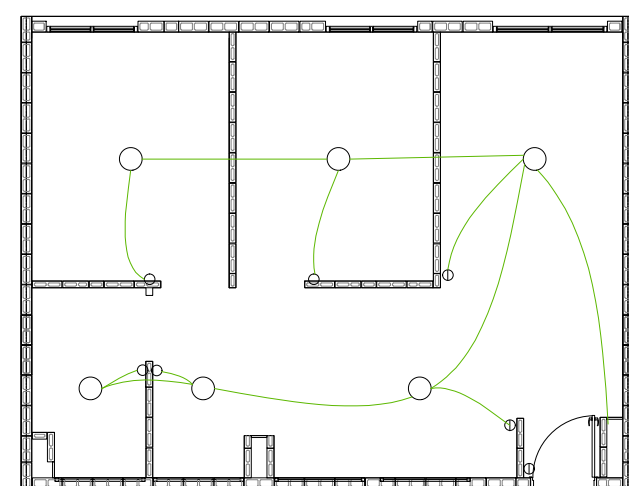
CG

CAIXA DE ESGOTO 60X60cmXVAR.

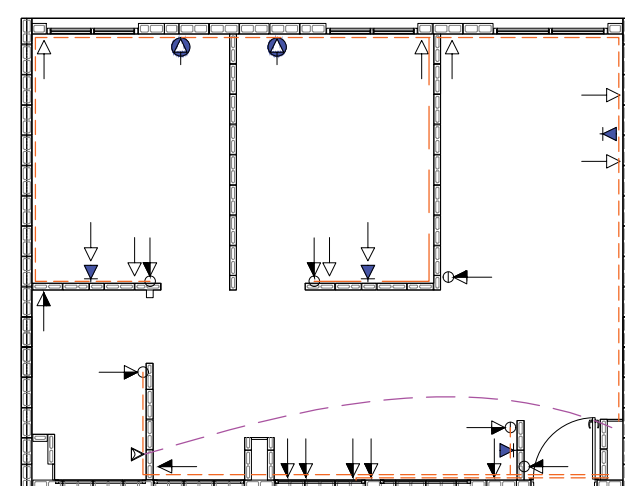
CAIXA DE GORDURA Ø60cmXVAR.

CAIXA DE PASSAGEM ÁGUA PLUVIAL 60X60cmXVAR.

# PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO ELÉTRICA TIPO



5 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/LUMINAÇÃO  
1 : 50



6 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/TOMADAS  
1 : 50

LEGENDA INST. ELÉTRICAS

QD - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EM PVC - EMBUTIR 12 DISJUNTORES

→ TOMADA BAIXA

→ TOMADA MÉDIA

→ TOMADA ALTA

→ TOMADA CEGA - AR-CONDICIONADO

→ TOMADA LÓGICA / TV

→ TOMADA CHUVEIRO

○ INTERRUPTOR SIMPLES

○ INTERRUPTOR DUPLO

○ INTERRUPTOR TRÍFASO

○ PONTO DE LUZ - TETO

— ELETRODUTO 1" EMBUTIDO NA LAJE

— ELETRODUTO 1" EMBUTIDO NA PAREDE

— ELETRODUTO 3/4" EMBUTIDO NA LAJE

Nº	DATA	REVISÕES	MOMOS

PREFEITURA DE GUARULHOS - SP			
SECRETARIA DE HABITAÇÃO			
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - SH01			
PROJETO:	COND. HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL - RUA UBAITABA		
LOCAL:	VILA VOLGA ESQUINA COM RUA UBAITABA		
ÁREA TÉCNICA:	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL		
CONTROLE:	ESTUDOS DE HIDRÁULICA, ESGOTO, GÁS E ELÉTRICA	REVISÃO:	00
ESCALA:	1:50	DATA:	02/2028
PROJETO:	ARG. GUILHERME DAVID DOS SANTOS VIANA	REVISÃO:	02/02



## **ANEXO IV**

## **EVENTOGRAMA**

EVENTOGRAMA

ITEM	SERVIÇOS	VALOR TOTAL COM B.D.I	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 427.922,94	R\$ 102.701,51	R\$ 64.188,44	R\$ 42.792,29	R\$ 21.396,15	R\$ 21.396,15	R\$ 42.792,29	R\$ 21.396,15	R\$ 21.396,15	R\$ 21.396,15	R\$ 29.954,61	R\$ 25.675,38	R\$ 12.837,67
			24,00%	15,00%	10,00%	5,00%	5,00%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	7,00%	6,00%	3,00%
2	FUNDAÇÕES	R\$ 250.829,54	R\$ 87.790,34	R\$ 163.039,20										
			35,00%	65,00%										
3	ESTRUTURAS E FECHAMENTOS	R\$ 562.760,83	R\$ 56.276,08	R\$ 56.276,08	R\$ 123.807,38	R\$ 101.296,95	R\$ 84.414,12	R\$ 56.276,08	R\$ 33.765,65	R\$ 22.510,43	R\$ 16.882,82	R\$ 11.255,24		
			10,00%	10,00%	22,00%	18,00%	15,00%	10,00%	6,00%	4,00%	3,00%	2,00%		
4	ACABAMENTOS	R\$ 345.268,99						R\$ 51.790,35	R\$ 51.790,35	R\$ 69.053,80	R\$ 69.053,80	R\$ 44.884,97	R\$ 41.432,28	R\$ 17.263,44
								15,00%	15,00%	20,00%	20,00%	13,00%	12,00%	5,00%
5	PORTAS E ESQUADRIAS	R\$ 102.387,20						R\$ 16.381,95	R\$ 19.453,57	R\$ 23.549,06	R\$ 27.644,54	R\$ 15.358,08		
								16,00%	19,00%	23,00%	27,00%	15,00%		
6	COBERTURA	R\$ 72.512,46					R\$ 12.327,12	R\$ 25.379,36	R\$ 25.379,36	R\$ 7.251,25	R\$ 2.175,37			
							17,00%	35,00%	35,00%	10,00%	3,00%			
7	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 172.845,32	R\$ 1.728,45	R\$ 10.370,72	R\$ 10.370,72	R\$ 17.284,53	R\$ 22.469,89	R\$ 31.112,16	R\$ 25.926,80	R\$ 25.926,80	R\$ 15.556,08	R\$ 5.185,36	R\$ 5.185,36	R\$ 1.728,45
			1,00%	6,00%	6,00%	10,00%	13,00%	18,00%	15,00%	15,00%	9,00%	3,00%	3,00%	1,00%
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SPDA	R\$ 207.110,49		R\$ 16.568,84	R\$ 16.568,84	R\$ 16.568,84	R\$ 20.711,05	R\$ 20.711,05	R\$ 20.711,05	R\$ 41.422,10	R\$ 43.493,20	R\$ 6.213,31	R\$ 2.071,10	R\$ 2.071,11
				8,00%	8,00%	8,00%	10,00%	10,00%	10,00%	20,00%	21,00%	3,00%	1,00%	1,00%
9	GÁS ENCANADO	R\$ 16.574,01		R\$ 2.486,10	R\$ 2.651,84	R\$ 2.817,58	R\$ 2.983,32	R\$ 1.657,40	R\$ 1.491,66	R\$ 1.325,92	R\$ 1.160,19			
				15,00%	16,00%	17,00%	18,00%	10,00%	9,00%	8,00%	7,00%			
10	LÓGICA, MONITORAMENTO E CFTV	R\$ 18.737,51				R\$ 936,88	R\$ 936,88	R\$ 936,88	R\$ 2.810,63	R\$ 2.810,63	R\$ 2.810,63	R\$ 2.810,63	R\$ 3.747,50	R\$ 936,85
						5,00%	5,00%	5,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	20,00%	5,00%
11	ACESSIBILIDADE - SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA E GERAL- EXTINTORES E AVCB	R\$ 32.535,95									R\$ 4.880,39	R\$ 7.157,91	R\$ 7.483,27	R\$ 13.014,38
											15,00%	22,00%	23,00%	40,00%
12	PAISAGISMO E BRINQUEDOS	R\$ 20.261,65										R\$ 9.117,74	R\$ 6.078,49	R\$ 5.065,42
												45,00%	30,00%	25,00%
13	PROJETOS BÁSICOS:	R\$ 70.785,58	R\$ 48.842,05	R\$ 17.696,40										R\$ 4.247,13
			69,00%	25,00%										6,00%
VALOR TOTAL		R\$ 2.300.532,47												
TOTAL NO MÊS			R\$ 297.338,43	R\$ 330.625,78	R\$ 196.191,07	R\$ 160.300,93	R\$ 165.238,53	R\$ 247.037,52	R\$ 202.725,22	R\$ 215.246,14	R\$ 205.053,17	R\$ 131.937,85	R\$ 91.673,38	R\$ 57.164,45
TOTAL ACUMULADO			R\$ 297.338,43	R\$ 627.964,21	R\$ 824.155,28	R\$ 984.456,21	R\$ 1.149.694,74	R\$ 1.396.732,26	R\$ 1.599.457,48	R\$ 1.814.703,62	R\$ 2.019.756,79	R\$ 2.151.694,64	R\$ 2.243.368,02	R\$ 2.300.532,47

41b165a6-7303-49e0-82b4-4cc2be62d1a8

Assinado de forma digital por 41b165a6-7303-49e0-82b4-4cc2be62d1a8  
Dados: 2026.03.09 13:58:45 -03'00'

JHONATAS HENRIQUE LOURENÇO

Chefe de Divisão Técnica


CREA:5070096192-SP

ART: 2620251245093



## **ANEXO IV A**

**BDI**

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	1106.2025/0000557-3	 <b>Guarulhos</b> Secretaria de Habitação Departamento de Desenvolvimento Habitacional
OBJETO:	CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL MARIA DIRCE	
LOCAL:	RUA UBAITABA x VIELA VOLGA	
BAIRRO:	JARDIM MARIA DIRCE	

## COMPOSIÇÃO DE BDI - SEM DESONERAÇÃO

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,62%
G	GARANTIAS + SEGURO	1,00%
R	RISCO	1,15%
L	LUCRO	6,70%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,18%
I	TRIBUTOS	8,65%

$$BDI = \frac{(1 + AC + G + R) \times (1 + L) \times (1 + DF)}{1 - I} - 1$$

<b>BDI TOTAL:</b>	<b>25,00%</b>
-------------------	---------------

**Obs. 1:** Fórmula de cálculo do BDI de acordo com o Acórdão 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).

**Obs. 2:** Tributos compostos por PIS (0,65%), Cofins (3,00%) e ISS da Prefeitura Municipal de Guarulhos (5,00%), em conformidade com a Lei n.º 8.045, de 15 de setembro de 2022.

**JHONATAS HENRIQUE LOURENÇO**

Chefe de Divisão Técnica





## **ANEXO IV B**

### **ACORDÃO 2622/2013-TCU**

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO					
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%			1,23%			1,39%		
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%			1,11%			1,21%		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%			0,99%			1,17%		
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%			1,07%			1,11%		
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%			1,02%			1,33%		
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio		3º Quartil			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%		4,49%			
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%		0,82%			
RISCO		0,56%		0,85%		0,89%			
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%		1,11%			
LUCRO		3,50%		5,11%		6,22%			

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do

orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

<b>Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral, em exercício



## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**

SECRETARIA DE FINANÇAS

SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Divisão Técnica de Contratações

Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

## **Contrato de Prestação de Serviços**

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

**CONTRATADA:****CÓDIGO:****PROCESSO:** 1106.2025/0000557-3**OBJETO:** Execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical.

### **1. PREÂMBULO**

**1.1 PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Habitação, Sr. \_\_\_\_\_**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ - CEP \_\_\_\_\_, **Fone:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, **e-mail:** \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

**1.2 FUNDAMENTO:** Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº \_\_\_\_\_-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

### **2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES**

**2.1 NATUREZA DO CONTRATO:** A CONTRATADA obriga-se a execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical, conforme indicado no Eventograma e Termo de Referência/Memorial Descritivo.

**2.2 REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, inciso V, da Lei nº. 14.133/21.

**2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**2.4** É parte integrante dos serviços:

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Eventograma e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;
- d) Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;
- e) Instalação do canteiro de obras;
- f) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.
- g) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Termo de Referência, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

**2.5 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

**2.6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou como Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores da **Secretaria de Habitação**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

### 3. PRAZOS

**3.1 VIGÊNCIA CONTRATUAL:** iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**3.2 EXECUÇÃO:** o prazo total será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Habitação, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos especialmente no art. 111 da Lei Federal 14.133/21.

**3.2.1** Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência, para apostilar o ato.

**3.3** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de até 30 (trinta) dias da ordem de reinício.

**3.3.1** Verificada a ocorrência do disposto no item acima, durante a execução das obras, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

### 4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

**4.1 VALOR:** O valor estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**4.2 RECURSOS:** A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

2191.1648200091.003.01.1000100.449051.0191

**4.3 FORMA DE PAGAMENTO:** deverão ser observadas as seguintes condições:

**a)** Os serviços serão medidos considerando o Eventograma integrante do contrato e o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

**b)** A não apresentação do relatório resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará “medição zero” sendo os serviços medidos transferidos para a medição seguinte;

**c)** Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

**d)** A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

**e)** Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

**f)** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;



g) Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

h) Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.

i) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela contratada;

j) O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.

k) Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.

l) Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

m) No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

I = (meta da inflação/100)/365

**4.4 REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, Índice de Preços de Obras Públicas - IPOP**, que mede o custo do objeto.

**4.4.1** O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

**4.4.2** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.4.4** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.5** Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

## 5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO

**5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

a) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

b) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

**5.1.1** A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

**5.1.2** A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

**5.1.3** O prazo para início da execução será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

**5.1.4** A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

## **5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**5.2.1** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

**a)** provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, referente à parcela medida;

**b)** definitivamente, em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, referente à parcela medida, com a devida emissão da Nota Fiscal.

**c)** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**5.2.2** Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**5.2.3** As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

**5.2.4** A totalidade dos serviços objeto do contrato será recebida definitivamente, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias** da expedição do Recebimento Provisório, pela Secretaria de Habitação.

**5.2.5** O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

**5.2.6** Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

## **6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

### **6.1** São obrigações da CONTRATANTE:

**a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;

**c)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

**e)** Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;

**f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.

**g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;

**h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência

de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**j) Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:**

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;**
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;**
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;**
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;**
- e) demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;**
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.**

## **6.2 São obrigações da CONTRATADA:**

- a) A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.**
- b) O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:**
  - a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.**
- c) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.**
  - a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.**
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;**
- e) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;**
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;**
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;**
- h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;**
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;**
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.**
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;**
- l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.**
- m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.**

- n)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o)** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere.
- p)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- r)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);
- s)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);
- t)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.
- v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- w)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- x)** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- y)** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- z)** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- aa)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- bb)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**6.3** O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

**6.4** A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

**6.5** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/2.006 e Decreto Municipal nº. 25.754/2.008 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

**6.6** Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

**6.7** O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

**6.8** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

**6.9** As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**6.10** Na execução dos serviços obrigar-se-á a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

**6.11** A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

**6.12** Obrigar-se-á a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

**6.13** Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**6.14** Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

**6.15** Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

**6.16** Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

**6.17** Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

**6.18** A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

**6.19** Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

**6.20** A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

**6.21** A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

**6.22** As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

**6.23** Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

**6.24** Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

**6.25** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**6.26** Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária.

**6.27** A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**6.28** Demais responsabilidades são aquelas constantes no **Termo de Referência**.

## 7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

**7.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

**7.2** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1 ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” e “c” do item 7.2.4;

**7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “a”, “b” ou “d” do item 7.2.4;

**7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea “d” do item 7.2.4;

**7.2.4 MULTA**, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;
- d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

**7.2.5** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.2.6** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

**a) 06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;

**b) 13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;

**c) 19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

**7.2.7** A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**7.2.8** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas "c" e "d", do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.3** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

**a)** comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

**b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**7.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**7.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

**7.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

**7.6.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

**7.6.2** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

**7.6.3** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

**7.7** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

**7.8** Na aplicação das sanções serão considerados:

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.9** A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**a)** Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

**7.10** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.11** O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

**7.12** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**7.12.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**7.13** A extinção, sempre que possível, será precedida:

**a)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**b)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**c)** Indenizações e multas.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL:** A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5%** do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

**8.1.1** A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

**8.1.2** A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

**8.1.3** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**8.1.4** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**8.1.5** Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

**8.1.6** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.



**8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**8.3** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

**8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4.1** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**8.5** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

**8.6** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

**8.7** A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

**8.7.1** A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

**8.7.2** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**8.7.3** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

**8.8** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**8.8.1** A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**8.9** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**8.10** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

**8.11** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**8.12** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.13** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.14** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**8.15** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.16** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**8.17** A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**8.18** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

**8.19** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.20** A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

**8.21** No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

**8.22 FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Habitação

## RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Habitação)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Execução de obras de infraestrutura e edificação residencial vertical**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Secretário de Habitação

CPF:

**Responsáveis que assinaram o ajuste:****Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Habitação

CPF:

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Habitação

CPF:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 28/05/2026, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4798503** e o código CRC **D7BED61B**.